Apêndice 2

ASPECTOS GERAIS DO MUNICIPIO

Rev. 1

SUMÁRIO

1	**LOCALIZAÇÃO E ACESSO**	**5**
1.1	Os acessos	5
1.2	Aspectos físicos e territoriais	6
1.3	Municípios limítrofes	7
1.4	Bairros e localidades de Juquitiba	8
2	**HISTÓRICO**	**9**
2.1	A origem do nome da cidade	9
2.2	A história do município	9
2.3	Resenha histórica de Juquitiba	10
2.4	Formação Administrativa	13
3	**TURISMO, CULTURA E LAZER**	**14**
4	**GEOGRAFIA FÍSICA**	**15**
4.1	Clima	15
4.2	Hidrometeorologia	15
4.3	Geologia e Recursos Minerais	17
4.4	Geomorfologia	21
4.5	Morfoestruturas	22
4.6	Unidades dos Sistemas Ambientais	23
4.7	Potencialidade agrícola	25
4.8	Hidrologia	26
4.9	A UGRHI 11	27
4.10	Uso e ocupação do solo	32
4.11	Unidades de Conservação	33
4.12	Flora	36
4.13	Fauna	38
4.14	Biodiversidade	38
4.15	Sítios arqueológicos	40
4.16	Comunidades quilombolas e terras indígenas	40
5	**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS**	**41**
5.1	Apresentação	41
5.2	IDHM	42
5.3	Demografia e Saúde	46
5.4	Educação	50
5.5	Renda	55
5.6	Trabalho	57
5.7	Habitação	60
5.8	Vulnerabilidade social	61
5.9	ICMS Ecológico	63

Tabelas

1	Dados gerais do município	7
2	Capacidade de uso das terras	25
3	Uso e Ocupação do solo e aptidão física ao assentamento urbano	36
4	Espécies animais na UGRHI 11	38
5	IDHM e Componentes	43
6	IDHM das cidades e regiões	45
7	População Total, por Gênero, Rural/Urbana	46
8	Estrutura etária da população	47
9	Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	49
10	Demografia	49
11	Analfabetismo	53
12	Escolaridade	53
13	ESCOLARIDADE - Frequência atendimento	54
14	ESCOLARIDADE - Frequência Bruta	54
15	ESCOLARIDADE - Frequência Líquida	54
16	RENDA - Nível composição	55
17	RENDA - Pobreza e Desigualdade	56
18	RENDA - Pobreza	57
19	RENDA - Desigualdades	57
20	Ocupação da população	58
21	Rendimento	58
22	OCUPAÇÃO - Taxa de Atividade	59
23	OCUPAÇÃO - Taxa de Desocupação	59
24	OCUPAÇÃO - Posição	59
25	ESCOLARIDADE - Ocupados	59
26	OCUPAÇÃO - Por setor	60
27	Habitação	60
28	HABITAÇÃO - Domicílios	60
29	Indicadores de habitação	61
30	VULNERABILIDADES - Crianças	61
31	VULNERABILIDADES - Mulheres	62
32	VULNERABILIDADE	62
33	Vulnerabilidade demográfica	62
34	Vulnerabilidade habitação	62
35	Estimativa de ICMS Ecológico repassado à Juquitiba em 2018	63

Gráficos

1	Vazões máximas brutas e médias móveis de três anos (MM3) em Eldorado e Registro	**17**
2	IDHM	**42**
3	Evolução do IDHM	**45**
4	Projeção da população	**46**
5	Fluxo escolar por faixa etária – 1991, 2000, 2010	**50**
6	Fluxo escolar por faixa etária - 2010	**51**
7	Escolaridade da população de 25 anos ou mais	**52**
8	Distribuição de renda por quintos da população (ordenado segundo a renda domiciliar per capita)	**56**
9	Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010	**57**

Figuras

1	Vias de acesso partindo de São Paulo	**5**
2	Municípios limítrofes	**7**
3	Localização aproximada dos Bairros e Distrito dos Barnabés	**8**
4	Médias pluviométricas anuais na região da UGRHI 11	**16**
5	Mapa litológico	**20**
6	Mapa cronogeológico	**20**
7	Relevo da Bacia do Ribeira e Litoral Sul	**21**
8	Unidades Morfoesculturais da Bacia do Ribeira e Litoral Sul	**23**
9	Índice de qualidade de água para proteção da vida aquática - IVA 2006	**30**
10	Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público - IAP 2006	**31**
11	Unidades de Conservação na região de Juquitiba	**34**
12	Uso e Ocupação do solo e aptidão física ao assentamento urbano	**35**
13	Índices de vegetação natural remanescente nas UGRHI do ESP	**39**

Fotos

1	Vista do acesso pelo km 326	**6**
2	Vista do acesso pelo km 327	**6**

1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO

1.1 - Os acessos

O município de Juquitiba possui somente um acesso através da Rodovia Régis Bittencourt (BR 116). No sentido São Paulo - Curitiba, as rotas de chegada estão apresentadas na Figura 1, já a entrada do município fica no km 326, conforme Foto 1.

2

Figura 1 - Vias de acesso partindo de São Paulo

Foto 1 - Vista do acesso pelo km 326

No sentido contrário, Curitiba - São Paulo, a entrada é pelo km 327.

Foto 2 - Vista do acesso pelo km 327

1.2 - Aspectos físicos e territoriais

Localização: Sul do ESP - 71 km da capital.

Bacia hidrográfica: Rio Ribeira do Iguape e Litoral Sul – UGRHI 11.

Extensão territorial: representa 0,20% da área do ESP. O município está em sua maior parte inserido na UGRHI 11 e uma pequena porção na Bacia Guarapiranga.

Altitude: 685 metros.

A Tabela a seguir apresenta os dados gerais do município.

Dados	Ano	Município	Estado de São Paulo
Área (km²)	2018	522,17	248.209,43
População (estimativa 2018)	2018	30.040	43.993.159
Densidade demográfica (hab/km²)	2018	57,53	177,24
Grau de urbanização (%)	2009	80,2	93,7
População com menos de 15 anos (%)	2018	22,45	19,18
População com 60 anos ou mais (%)	2018	12,83	14,43
IDH	2000	0,754	0,814

Tabela 1 - Dados gerais do município
Fonte: Fundação SEADE,2018

1.3 - Municípios limítrofes

Fazem divisa com Juquitiba os municípios de Embu-Guaçu, Ibiúna, Itanhaém, Miracatu, Pedro de Toledo e São Lourenço da Serra, cujas posições encontram-se na Figura a seguir:

Figura 2 - Municípios limítrofes
Fonte: Atlas de Uso e Ocupação do solo do Município de Juquitiba

1.4 - Bairros e Distrito de Juquitiba

Barra Mansa	Flores	Padeiros	São Jorge
Belchior	Guapeva	Palestina	Shangrilá
Belvedere	Jacuba	Palmeiras	Soares
Brancos	Jd. das Palmeiras	Palmeirinha	Sonhorinhas
Britos	Juquiá	Palomar	Soturno
Cachoeira do França	Juquiazinho	Paulino Bueno	Vargeado
Cachoeirinha	Justos	Pedra Branca	Vila 79
Caipunas	Lagoinha	Pedra Lisa	Vila 80
Camargos	Laranjeiras	Pires	Vila Godinho
Camirangas	Limeiras	Quirobes	Vila Mendes
Carmos	Marrecas	Ribeirão Grande	Vila N. S. Aparecida
Conceição	Meia Légua	Ritas	Vila Pires
Engano	Monjolo	Rosas	Vista Verde
Eva	Morro Grande	Sama	Vitalinos
Distrito dos Barnabés		Centro	

Figura 3 - Localização aproximada dos Bairros e Distrito dos Barnabés
Fonte: SAMA

2 - HISTÓRICO

2.1 - A origem do nome da cidade

Juquitiba é o termo de origem tupi ***yu-kui-i-ti-ba***, que significa ***terra de muitas águas***. Acredita-se que a cidade tenha recebido esse nome devido a grande quantidade de nascentes e recursos hídricos presentes na região, além de ser uma região chuvosa, por sua localização serrana.

2.2 - A história do município

Desde meados do século XIX, a região banhada pelo rio São Lourenço, quase na sua confluência com o rio Jequiá ou Juquiá, era conhecido como bairro de São Lourenço.

Em 1887, Manoel Jesuino Godinho e sua mulher, Dona Francisca Maria da Penha, proprietários de terras nesse local, resolveram doar dois alqueires para construção da capela em louvor de Nossa Senhora das Dores (padroeira e protetora de Juquitiba), oferecendo também, gratuitamente, lotes para aqueles que estivessem interessados em se fixar, aos quais forneciam madeira para construção das casas que formaram o primeiro agrupamento populacional que passou a denominar-se Capela Nova de Bela Vista do Juquiá até que, em dezembro de 1907, foi criado o Distrito de Paz no Município de Itapecerica da Serra.

Na década de 1950, foi realizado um traçado nesta região que seria utilizado para a construção de uma ferrovia que ligaria São Paulo a Curitiba, pelo engenheiro Álvaro Buccolinni. Esse engenheiro, maravilhado com o potencial hídrico da região e por sua beleza, conseguiu o registro de uma área, próxima ao centro populacional existente, do governo estadual e construiu ali uma residência (que existe até os dias de hoje).

Com os rumos tomados pelo governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, tomando o rumo automobilístico ao invés do ferroviário, o traçado originário da ferrovia foi utilizado para a construção de uma rodovia, primeiramente denominada BR-2, logo em seguida (1970)

denominada BR-116, aproveitando em parte, os estudos levantados para a Empresa de Colonização Paulista, com o nome de Rodovia Federal Régis Bittencourt.

2.3 - Resenha histórica de Juquitiba

Século XVI - Neste século surge o aldeamento indígena de Itapecerica, fundado pelos padres da Companhia de Jesus, os Jesuítas, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres.

1689 - As capelas de Itapecerica e de M'Boy (Embu) contam com 900 almas sob a direção espiritual do Pe. Diogo Machado, da Companhia de Jesus.

1827 - Por Aviso do Ministério do Império de 08 de novembro o antigo município de Santo Amaro foi transformado em núcleo de colônia alemã e prussiana, vindo para Itapecerica os Bauermann, Cremmer (Crem), Fischer, Guilger, Helfstein, Hengles, Klein, Milbeyer (Milberg), Moor, Reimberg, Rocumback, Schunck, Schuster (Justo), Teizem, Weishaupt, Zillyg (Silles, Sillig) e outros, os quais se miscigenaram amistosamente com os naturais da terra, porém perderam a língua e os costumes germânicos.

1841 - Itapecerica é elevada a categoria de freguesia (distrito), pertencente ao antigo município de Santo Amaro.

1867 - Neste ano foi legitimada a posse daqueles que podem ser considerados os primeiros moradores de Juquitiba, dentre eles Manoel Jesuíno Godinho.

1877 - Pela escritura de 1º de novembro, lavrada no Tabelião de Itapecerica Manoel Jesuíno Godinho e sua mulher Francisca Maria da Penha, doaram cerca de dois alqueires de terras em torno de uma capela que erigiram sob a invocação de Nossa Senhora das Dores.

1902 - No dia 08 de novembro foi lançada a pedra fundamental da Igreja Metodista das Palmeiras (Palmeirinha) inaugurada em 10 de janeiro de 1904 contando com mais de trinta membros, que anteriormente realizavam os cultos em suas residências.

1903 - O Engenheiro Henrique Boccolini projetou uma ferrovia que deveria ligar São Paulo à Santo Antonio do Juquiá, passando seu traçado por esta localidade, na época conhecida por Capela Nova, fundando a Empresa de Colonização Sul-Paulista, sediando aqui os trabalhos técnicos da referida empresa.

1907 - Pela Lei Provincial nº 1117, de 27 de dezembro, promulgada pelo presidente da Província de São Paulo Jorge Tibiriçá, foi criado o distrito de Paz de Juquitiba, com sede na povoação denominada Bela Vista do Juquiá, no município de Itapecerica.

1908 - No dia 10 de abril foi instalado no recém-criado distrito de Juquitiba o cartório de Registro Civil e Tabelionato de Juquitiba.

1948 - O Prefeito Municipal de Itapecerica da Serra João Ferreira Domingues "João Mandú" abriu uma estrada até Juquitiba, melhorando o transporte entre a sede do município e o distrito.

1952 - A estrada da sede do município de Itapecerica da Serra até o distrito de Juquitiba passa a ser administrada pelo Departamento Estadual de Estrada de Rodagem, trazendo novas melhorias para aquela via pública.

1953 - No dia 06 de novembro o prefeito de Itapecerica da Serra, Bento Rotger Domingues, "Bentinho Padeiro", aprova a planta do loteamento "Vila Nova Juquitiba" no lugar denominado "Sitio do Vidal" de propriedade de José Prestes Rosa, dando importante impulso ao desenvolvimento do incipiente distrito. Este loteamento que contava com vinte quadras hoje se refere a grande parte da área central da cidade.

1958 - No dia 06 de agosto é apresentado o mapa da Rede de Distribuição de Energia Elétrica de Juquitiba, elaborado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado, quando o centro contava com oito ruas. Entretanto, antes da chegada da energia da Light que ocorreu em 1966, a energia era produzida por gerador desde 1959.

1960 - No dia 02 de agosto a Auto Viação Nove de Julho começa a explorar uma linha de ônibus direta entre Juquitiba e a Capital paulista.

1961 - No dia 24 de janeiro, o Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, inaugura a então BR-2, hoje BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, ligando São Paulo à Curitiba, cortando o distrito de Juquitiba. A sua denominação é uma homenagem ao engenheiro Edmundo Régis Bittencourt, ex-presidente do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem.

1964 - O cineasta Oswaldo Massaini escolhe a bucólica Juquitiba para rodar o filme "O Santo Milagroso", com a direção de Carlos Coimbra. No elenco despontavam Leonardo Villar, Dionísio Azevedo, Vanja Orico e Geraldo Del Rey, entre outros, com a figuração de muitos juquitibenses hoje falecidos.

1964 - Em 18 de fevereiro, pela Lei Estadual nº 8.092 sancionada pelo governador do Estado Adhemar Pereira de Barros, Juquitiba conquistou a sua emancipação politico-administrativa, coroando a luta de alguns cidadãos juquitibenses que pleitearam a autonomia do distrito.

1964 - No dia 27 de dezembro foi instalada a comarca de Itapecerica da Serra, com seus distritos da sede, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra e Juquitiba, abrangendo também os municípios de Embu e Taboão da Serra.

1965 - Tomam posse os primeiros governantes de Juquitiba: o prefeito Padur Abes, o vice-prefeito Antonio Pereira da Silva (Antonio Candinho) e os vereadores Eduardo Bambi, Antonio Pereira Soares, João de Souza Leitão, Leônidas Bittencourt Gama, Moyses Antonio Pires (Zeca do cartório), Pedro Vieira Pinto, Raul Soares, Julião da Conceição Valle e Tsussumo Kakuma.

1981 - No dia 28 de março morre aos sessenta e um anos de idade o primeiro prefeito de Juquitiba Padur Abes, vítima de acidente automobilístico na BR- 116. O ex-alcaide

encontrou a morte quando se dirigia para Sorocaba após ter participado das solenidades comemorativas do 16º aniversário da cidade.

1985 - No dia 21 de abril, circulou a edição de número zero do jornal "O Imparcial". Este periódico estritamente juquitibense que representou condignamente a chamada pequena imprensa e sobreviveu impoluto por duas décadas sob o comando do autodidata Lourenço Antonio Christofoleti.

1996 - Pela Lei nº 698, de 10 de abril, é criado o distrito de Barnabés e anexado ao município de Juquitiba.

2.4 - Formação Administrativa

Equipe de governo

Prefeito Municipal - Ayres Scorsatto
Vice Prefeito - José Belarmino Nunes Bernardo
Chefe de Gabinete - Kennedy Ferreira Mendes

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Carolina Rosa Cassão Nogueira
Secretária de Assuntos Jurídicos - Fabiane Carvalho
Secretária de Finanças - Évelin Agnes Abes
Secretária de Higiene e Saúde - Aline Sayuri Peruchi
Secretaria de Promoção Social - Vera Lúcia Barbosa Guimarães
Secretaria Obras e Serviços - Jonas Mendes Sobrinho
Secretário de Administração - Alexandre Souza
Secretário de Educação e Cultura - Oscar Vitorino de Moraes
Secretário de Esporte e Turismo - Mauro Ramos de Oliveira Junior
Secretário de Gestão Pública - Junio Cesar da Silva Eduardo
Defesa Civil - Marco Antônio de Oliveira

Câmara Municipal

Presidente - Jorge Soares Godinho
Vice Presidente - Francisco Victorino de Moraes
1ª Secretário - Willians Soares Rodrigues
2º Secretária - Maria Aparecida Nunes
Abel Domingues da Paz - Vereador
Irineu Machado - Vereador
Marcelo Luiz de Moura - Vereador
Marciano Antônio de Moraes - Vereador
Marlos Martins Feitosa - Vereador
Paulo Roberto de Sousa Silva - Vereador
Vanderlei Conceição Ferreira - Vereador

3 - TURISMO, CULTURA E LAZER

Juquitiba oferece diversos atrativos relacionados ao ecoturismo e esportes de aventura, como arvorismo, tirolesa, *trekking*, boia *cross*, canoagem, entre outros. A cidade também abriga o percurso de *rafting* mais antigo do Brasil, no Rio Juquiá. A Represa Cachoeira do França, localizada na divisa de Juquitiba e Ibiúna, é um famoso atrativo de visitantes em busca de atividades náuticas e pesca esportiva.

Em 2018, visando estimular o setor de turismo na cidade, foi inaugurado o Observatório do Turismo de Juquitiba. O espaço, gerido por uma organização não governamental, é dedicado a atividades de educação ambiental, pesquisa, conservação da Mata Atlântica e ecoturismo.

4 - GEOGRAFIA FÍSICA

Para efeito deste PMGIRS, serão utilizadas amplamente informações constantes no PMSB - Relatório R-4, elaborado a partir do PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SETOR DE SANEAMENTO, do Governo do ESP, de Novembro de 2010, no RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO Nº 11 - BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL, elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - CBH-RB, de 2008, no PDPA - BACIA ALTO JUQUIÁ, Relatório R6.1.3, este último sob responsabilidade da SSRH, e execução da COBRAPE, Revisão 01, de Junho de 2017 e informações constantes do PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE JUQUITIBA - Lei nº 1507, de 12/12/2007.

4.1 - Clima

O clima da região é considerado subtropical característico das áreas de latitude compreendida entre 30° e 50°, com temperaturas médias anuais nunca superiores a 20°C e em que a temperatura mínima do mês mais frio nunca é menor que 0°C. A temperatura média anual gira em torno dos 18ºC. O clima tem as quatro estações definidas, e chuvas o ano todo, principalmente no verão.

4.2 - Hidrometeorologia

O clima da UGRHI 11 pode ser classificado, de um modo geral, como tropical úmido com ligeira variação entre as zonas costeiras e a serra de Paranapiacaba.

Na classificação dos tipos climáticos, feita com base no sistema de Köppen, temos o tipo Af, tropical úmido sem estação seca que cobre 5% da bacia; o tipo Cfa, subtropical úmido com verão quente, que por sua vez, cobre 50% da bacia, ao passo que os restantes 45% são do tipo Cfb, subtropical úmido com verão fresco. Este último abrange as encostas das serras que incluem as áreas do norte e oeste da UGRHI 11. O total das chuvas na Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul são suficientes para manutenção de uma vegetação exuberante, e

até excessivo para algumas culturas. Historicamente, essas chuvas têm sido bem distribuídas. Nos últimos anos ocorreram maiores diferenças entre os meses secos e úmidos (AMAVALES, 2008).

As isoietas apresentadas na Figura a seguir mostram que a altura pluviométrica média anual varia significativamente: de 1.200 a 2.700 mm/ano. A precipitação média de chuvas na UGRHI 11 é de 1.400 mm/ano, e na parte inferior da Bacia do Ribeira é cerca de 1.900 mm/ano, chegando a 2.300 mm/ano em Iguape e a 2.000 mm/ano nas encostas da Serra do Mar (AMAVALES, 2008).

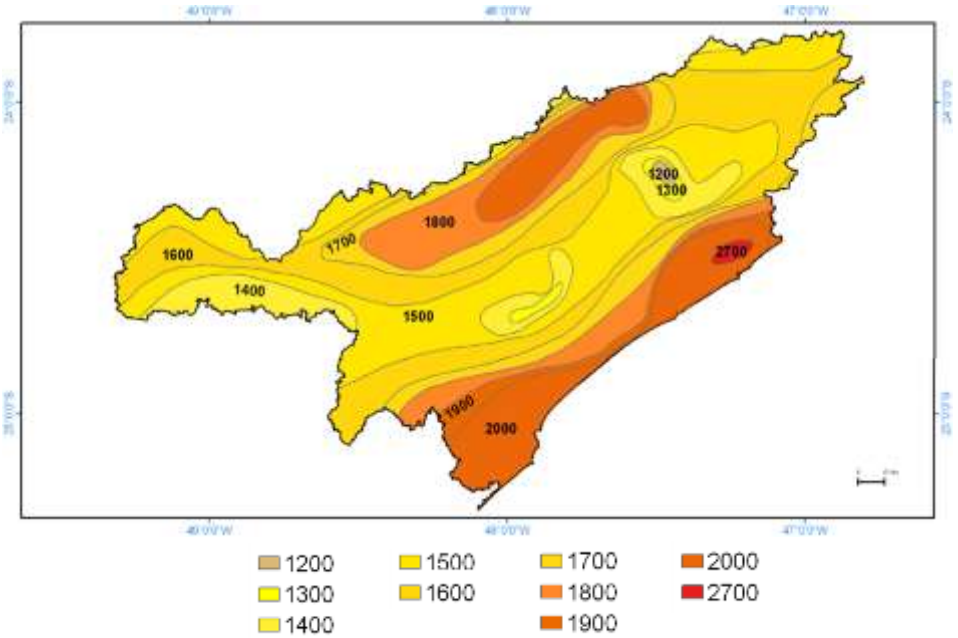


Figura 4 - Médias pluviométricas anuais na região da UGRHI 11
Fonte: SIG RIBEIRA / IGC / SIBH / NASA / CBH-RB
Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2018

Esta UGRHI apresenta uma distribuição histórica de chuvas diferenciada ao longo do ano, em comparação com as demais, apresentando intensidades superiores a 200 mm apenas em janeiro e fevereiro.

O Gráfico a seguir traz as vazões máximas brutas e médias móveis de três anos (MM3) em Eldorado e Registro mostra as vazões máximas do Rio Ribeira de Iguape em Registro e Eldorado, de 1939 a 2007. A tendência de crescimento das vazões já é evidente, tanto nos dados brutos quanto nas médias móveis de três anos, mostrando também maior

variabilidade das vazões com o tempo, fenômenos coerentes com o esperado como efeito das mudanças climáticas.

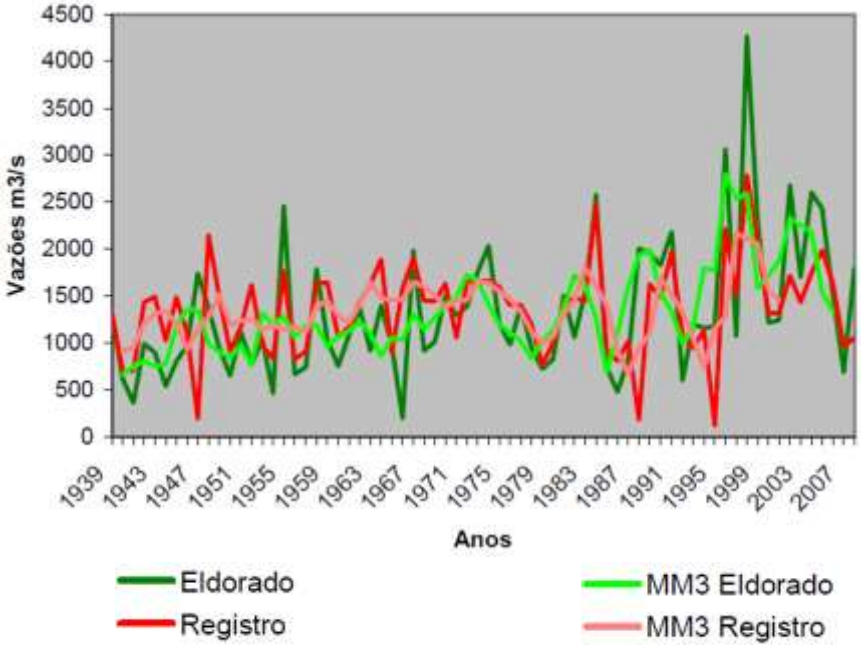


Gráfico 1 - Vazões máximas brutas e médias móveis de três anos (MM3) em Eldorado e Registro
Fonte: CBH-RB - Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2018

4.3 - Geologia e Recursos Minerais

Vale do Ribeira não tem destaque apenas por causa dos recursos terrestres como também em virtude do ciclo terrestre. Existem dunas que se misturam no ambiente que também traz o mangue, além das vegetações rasteira e florestas densas. O conjunto de habitat favorece no sentido de aumentar a diversidade ecológica que representa ponto principal do local natural.

Com quase dois milhões de hectares, cientistas apontam que representa o maior conjunto de diversidade em termos de ecologia em região contínua. As florestas são realidade no Vale do Ribeira e por esse motivo também consistem m lugar no qual se estabelecem comunidades indígenas com o direto de uso à terra preservada.

Não se pode ignorar o fato de que comunidades quilombolas que se estabeleceram na região na época das fugas dos escravos ainda permanecem de forma ativa sem maiores

problemas na relação com comunidades de caiçaras e público estrangeiro que chegou ao país como imigrante.

A bacia do Ribeira pode ser subdividida em dois grandes domínios: as baixadas litorâneas, constituídas principalmente por depósitos sedimentares cenozóicos (recentes, de idades até 120.000 anos), e as serranias costeiras, constituídas por rochas cristalinas antigas (ígneas e metamórficas), com idades de 2.200 a 60 Ma (milhões de anos). As rochas mais antigas (2.200 a 540 Ma) são principalmente gnaisses, xistos, filitos, quartzitos e rochas calcárias, quebradas e dobradas, com alinhamento principalmente ENE, seguidas por granitos (650 a 540 Ma).

A quebra do antigo supercontinente Gondwana e a consequente separação da América do Sul e África causou movimentos que geraram rochas vulcânicas básicas e alcalinas (diques do alinhamento Guapiara e os corpos de rochas alcalinas de Jacupiranga, Juquiá, Pariquera-Açu e Morro de São João). A partir dessa época também se formou o conjunto de serras do Mar e Paranapiacaba. As rochas sedimentares mais antigas incluem as formações Pariquera-Açu (Mioceno, 23 a 5,3 Ma) e Eldorado (Plioceno, 5,3 a 1,8 Ma), com areias, cascalhos e argilas, em geral em relevo de colinas. As rochas sedimentares das planícies depositaram-se desde há 120.000 anos (Formação Cananéia), sendo modificadas e retrabalhadas durante os avanços e recuos da linha de costa, continuando até o presente, com depósitos marinhos e fluviais, mangues e dunas formadas pelo vento.

As rochas calcárias da região contêm a maior parte das cavernas do ESP, principalmente no vale do Rio Betari e na região do Ribeirão Espírito Santo nos municípios de Apiaí e Iporanga (257 cavernas), além dos municípios de Ribeira e Barra do Turvo, concentrando-se principalmente no PETAR, no Parque Estadual da Caverna do Diabo e no PEI. Esta região, que possui grande importância por representar um *continuum* ecológico da Mata Atlântica, além da importância biológica apresenta alta geodiversidade, constituindo um patrimônio geológico e geomorfológico de grande valor, incluindo as cavernas e feições de relevo cárstico, merecendo proteção e podendo, se bem aproveitado, proporcionar renda à população pelo turismo. Na área das rochas cristalinas mais antigas ocorrem depósitos minerais de ouro, prata e metais básicos (chumbo, cobre), que foram o primeiro atrativo para

a ocupação do território pelos europeus, e foram importantes para a economia da região até recentemente, estando atualmente desativados.

Também há aproveitamento das rochas graníticas para brita e de calcários para cimento, cal, corretivos de solo e brita. As jazidas de apatita e carbonatito dos Complexos Alcalinos de Jacupiranga e do Morro do Serrote, Complexo Alcalino de Juquiá, fornecem concentrados fosfáticos para fertilizantes, para uso na alimentação humana, na produção de rações para animais e na indústria cimenteira. As areias são quase exclusivamente lavradas para construção civil, principalmente no leito dos rios Juquiá, São Lourenço e Ribeira.

O alto potencial mineral, revelado nos estudos oficiais e particulares, encontra-se em grande parte não aproveitado. O passivo ambiental, representado pela poluição antiga de chumbo e atual de fósforo nos cursos d'água, dificulta a aceitação da atividade pela população e pelas instituições públicas. Mesmo as ações de controle e recuperação executadas pelos mineradores, principalmente de areia para construção civil, não têm avançado no sentido de conseguir apoio para a atividade mineraria, que tem muito a contribuir para o desenvolvimento da região. Além da impossibilidade de minerar as áreas contidas nas Unidades de Conservação, existem restrições específicas à atividade, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico.

Na UGRHI 11, como em toda a bacia do Ribeira, a geologia condiciona o potencial mineral, a geomorfologia e, através desta, os solos e as possibilidades de aproveitamento das áreas para construção civil e agricultura. Na Figura 5 apresenta-se o mapa litológico, que ressalta a natureza das rochas constituintes da área e na Figura 6 apresenta-se o mapa cronogeológico, ressaltando as idades das formações.

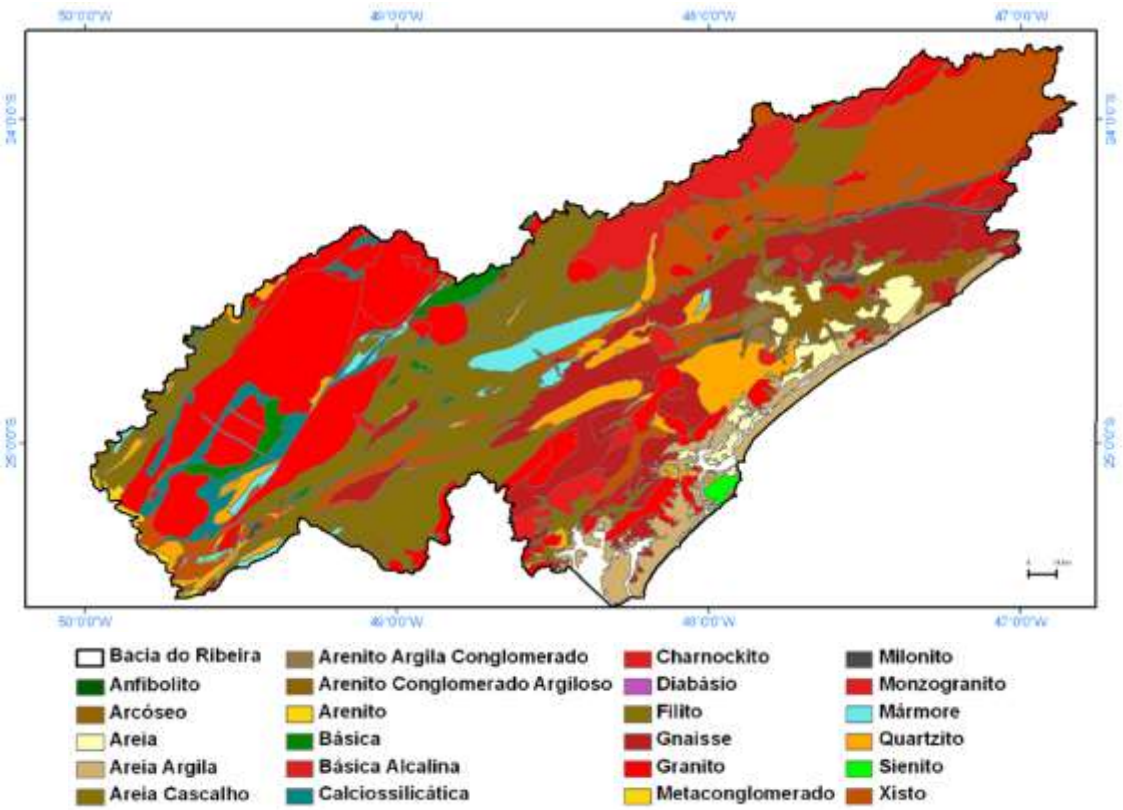


Figura 5 - Mapa litológico
Fonte: CBH-RB - Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2018

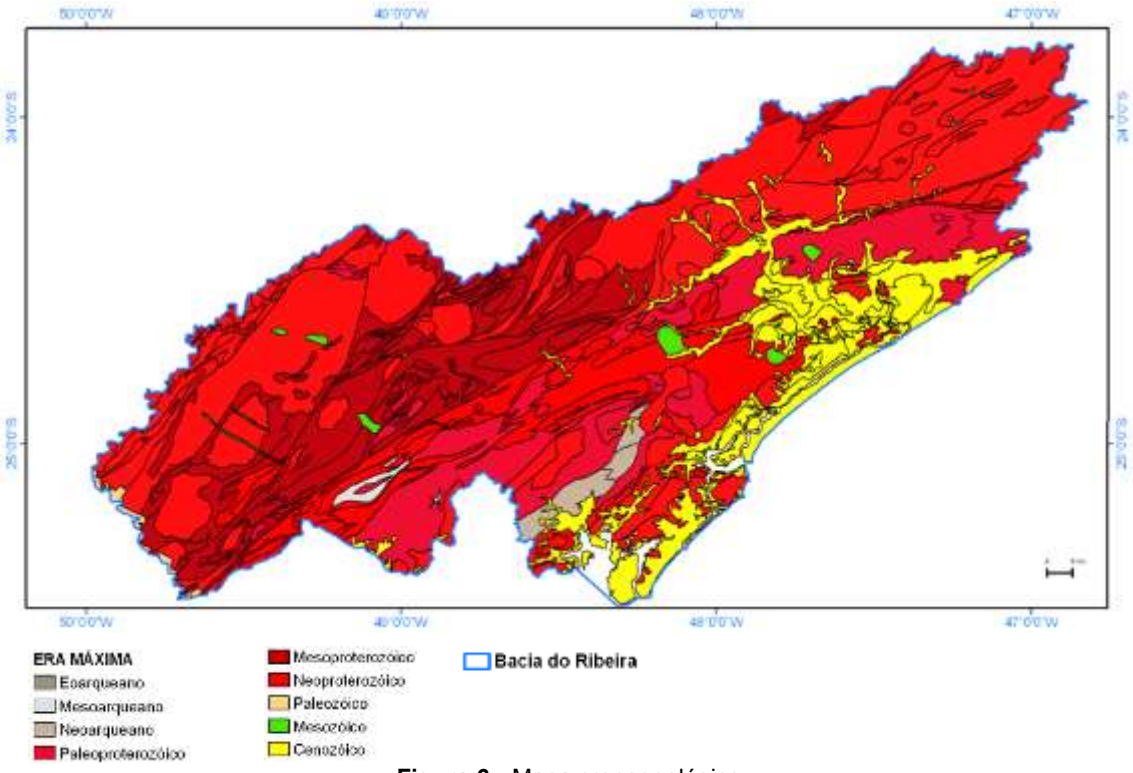


Figura 6 - Mapa cronogeológico
Fonte: CBH-RB - Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2018

4.4 - Geomorfologia

De acordo com a Divisão Geomorfológica do ESP, a UGRHI 11, que está localizada na sua quase totalidade na Província Costeira e em pequenas porções do Planalto Atlântico, é composta por formas de relevo bastante diversificadas, submetidas a intensas condições morfodinâmicas.

A porção setentrional da UGRHI 11 está localizada no Planalto Atlântico, formado por terras altas que ocupam a posição de cimeira dos divisores de água que constituem os seus limites. No Planalto Atlântico, entre as altitudes de 600 m a 1.000 m, são encontradas pequenas porções das Zonas Geomorfológicas: Planalto Paulistano, Planalto de Ibiúna, Planalto de Guapiara e Planalto do Alto Turvo.

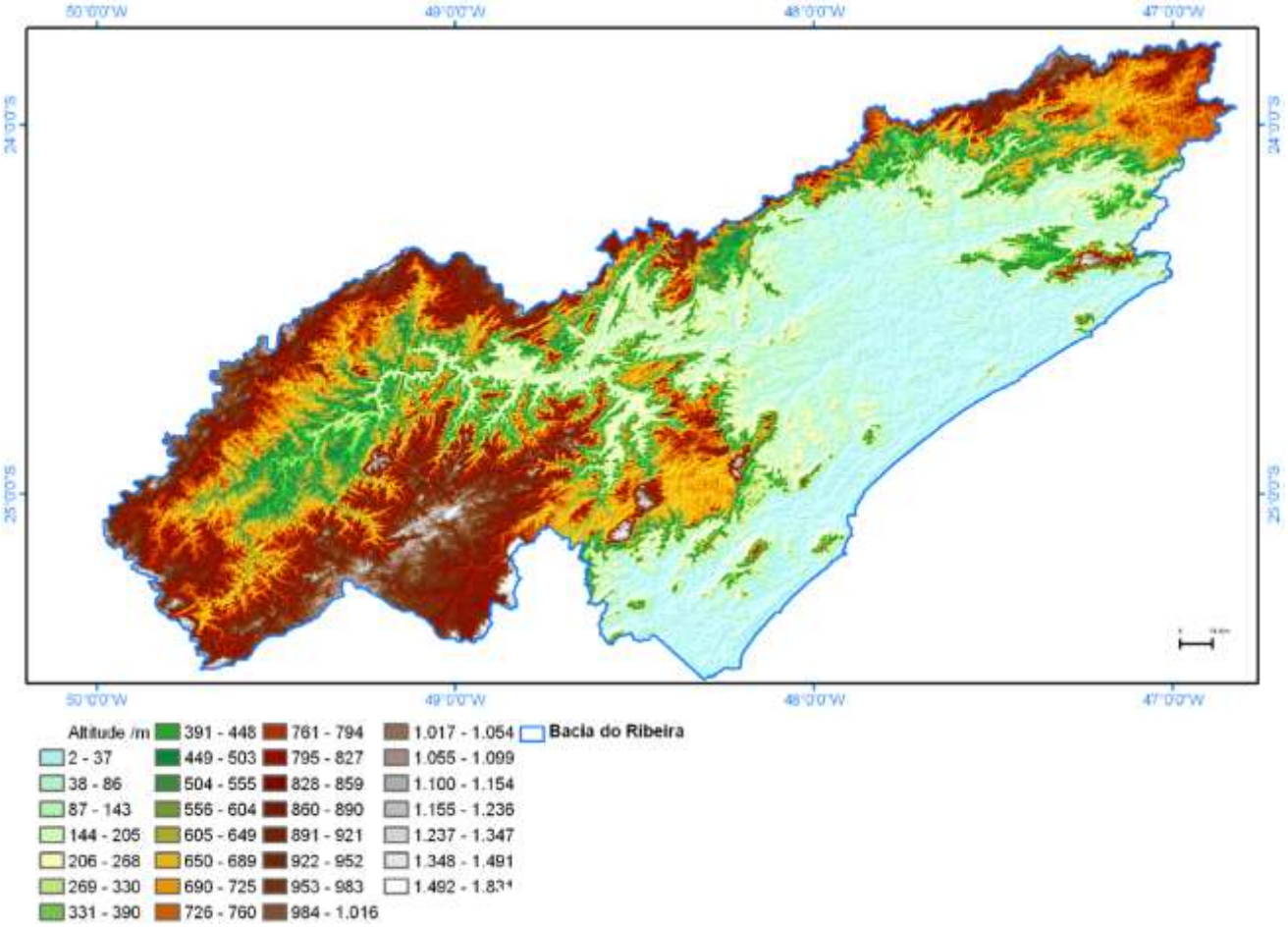


Figura 7 - Relevo da Bacia do Ribeira e Litoral Sul
Fonte: CBH-RB - Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2018

A Província Costeira - mais expressiva em área - é a área do Estado drenada diretamente para o mar, constituindo o rebordo do Planalto Atlântico. Possui uma enorme complexidade de formas de relevo e na região serrana forma escarpas abruptas e festonadas, desenvolvidas ao longo de anfiteatros sucessivos, separados por espigões.

Para formar o desnível que chega a atingir em média 800 metros, a faixa da escarpa apresenta larguras variáveis entre 3 a 5 km. Esta província é composta por 3 zonas: Serrania Costeira, Morraria Costeira e as Baixadas Litorâneas.

4.5 - Morfoestruturas

A da **Faixa de Dobramentos do Atlântico**, com as Unidades Morfoesculturais:

- ✓ Planalto e Serra de Paranapiacaba,
- ✓ Serra do Mar e Morros Litorâneos,
- ✓ Planalto de Guapiara,
- ✓ Planalto do Alto Ribeira-Turvo.

Todas estas estão apoiadas em rochas cristalinas antigas, dobradas e falhadas, com os relevos mais acidentados.

A unidade morfoestrutural que envolve as terras baixas é a **Depressão Tectônica do Baixo Ribeira,** com as Unidades Morfoesculturais:

- ✓ Depressão Tectônica do Baixo Ribeira, formada por rochas cristalinas muito erodidas e pelas rochas sedimentares mais antigas,
- ✓ Planícies e os Terraços Fluviais do Baixo Ribeira,
- ✓ Planície Costeira Cananéia-Iguape, ambas controladas pelas rochas mais novas.

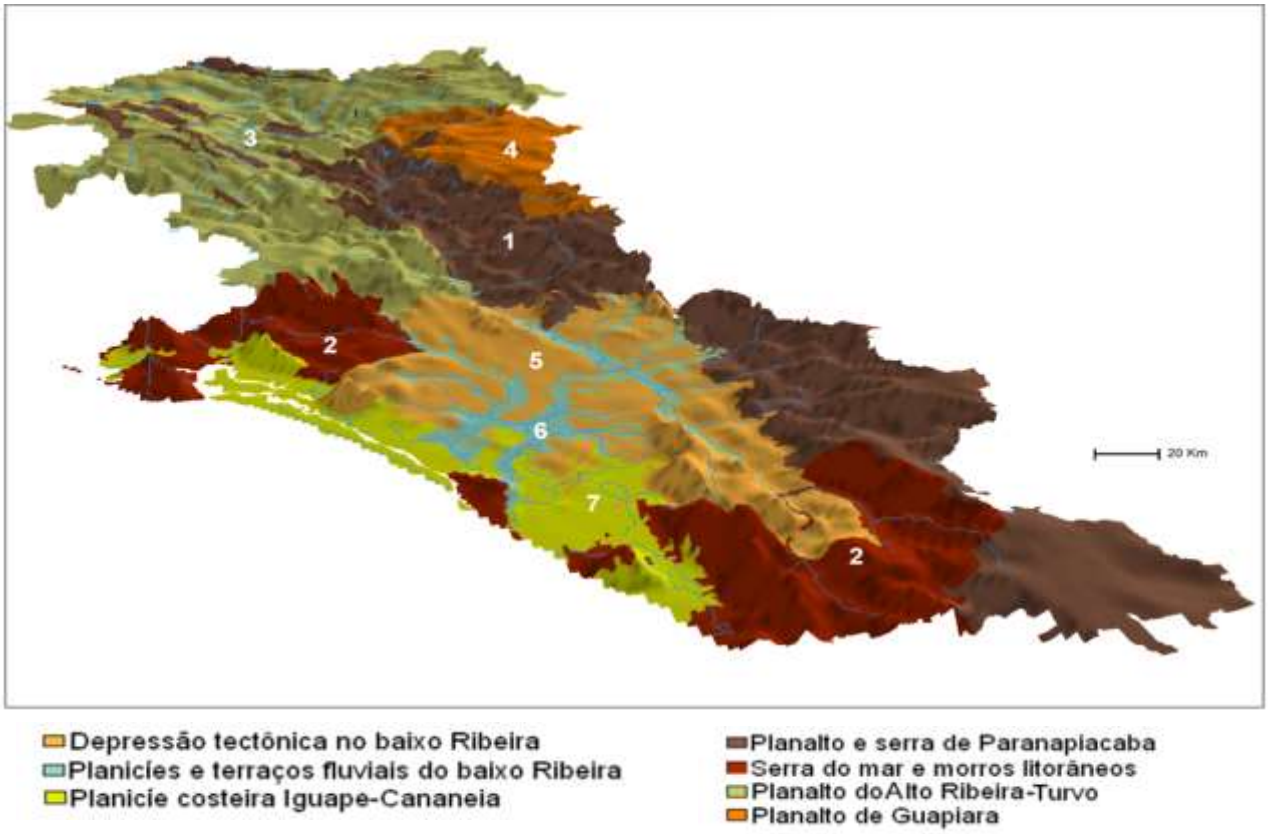


Figura 8 - Unidades Morfoesculturais da Bacia do Ribeira e Litoral Sul
Fonte: CBH-RB - Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2018

4.6 - Unidades dos Sistemas Ambientais

Associando o relevo com outras variáveis ambientais (solos, clima, vegetação, uso da terra), JURANDYR ROSS (2002, 2006) define as seguintes Unidades dos Sistemas Ambientais:

I - Sistema da planície costeira Cananéia-Iguape

Faz parte de uma importante região estuarina, com ecossistemas de mangues, planícies e cordões arenosos marinhos, recortados por planícies fluviais com sedimentos marinhos retrabalhados pelos rios e juntados a sedimentos continentais, cobertos por matas, vegetação de restinga e mangue. Os solos são principalmente hidromórficos.

O clima é quente e úmido. É bem preservada e está quase totalmente coberta por Unidades de Conservação Ambiental.

II - Sistema das planícies e terraços fluviais do Ribeira do Iguape

Essa unidade engloba os terrenos planos das Planícies e Terraços Fluviais e da Depressão Tectônica do Baixo Ribeira. Embora sujeita a enchentes, maiores na parte inferior do curso do Ribeira, a jusante de Registro, tem grande proporção da superfície dedicada à agricultura e é a mais densamente povoada da Bacia do Ribeira.

III - Sistema de colinas e morrotes da depressão tectônica do Baixo Ribeira

Formada por colinas de declividades médias entre 10 e 20% e altitudes entre 30 e 50m. Contém solos podzólicos, latossolos e cambissolos, sobre embasamento de micaxistos e filitos, mais adequados à agricultura do que os das planícies. Esta unidade e a anterior são as mais produtivas para agricultura e pecuária, mantendo pequena proporção da área com florestas primárias, ocorrendo grandes áreas de capoeiras e matas secundárias.

IV - Sistema de morros e escarpas das serras do Mar e Paranapiacaba

Abrange as partes inferiores das unidades morfoesculturais do Planalto do Alto Ribeira-Turvo, das serras do Mar e Paranapiacaba, encontrando-se bastante preservada das influências antrópicas, e melhor protegida no ESP que no Paraná, onde existem grandes áreas de plantações florestais de pinus e eucaliptos, e pastagens nas áreas mais baixas. O relevo é montanhoso e escarpado, onde os morros apresentam vertentes longas, muito inclinadas, com vales profundos e relativamente estreitos. As altitudes vão até mais de 1200m, a pluviosidade é alta nas escarpas, a temperatura é um pouco mais baixa do que no restante da região, e os solos são em geral mais rasos e menos adequados a aproveitamento agrícola. Ocorre Floresta Tropical Atlântica, densa, alta, contínua e extremamente rica em biodiversidade e matas secundárias. Tem menor ocupação humana que os outros sistemas, e é coberto em grande parte por Unidades de Conservação.

V - Sistema de morros em superfície de cimeira do Alto Ribeira

Abrange a parte superior das unidades morfoesculturais que compõem o sistema IV e o Planalto de Guapiara. Os setores mais elevados atingem 1000-1200m, com rochas metamórficas mais resistentes como o quartzito, e morfologia de cristas alongadas e contínuas ou massas intrusivas graníticas, com as partes mais rebaixadas de filitos e calcários. Predominam cambissolos, também ocorrendo solos podzólicos, latossolos e solos

litólicos, todos eles, associados com a alta declividade, não favorecendo a ocupação agrícola, que ocorre esporadicamente nos fundos de vale, que abriga até pequenas cidades, como Ribeira, Itaóca, Adrianópolis e Cerro Azul. Mesmo com más condições de aproveitamento, quase toda a Floresta Tropical Atlântica, com áreas de transição para a Floresta da Araucária, que aí ocorria, foi devastada, restando poucos remanescentes e áreas em recuperação, predominando a pecuária, a silvicultura e alguma agricultura.

4.7 - Potencialidade agrícola

A Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul é caracterizada, de um modo geral, por possuir pequenas áreas de solos do tipo - muito bom (classes I, II e III) - e extensas áreas de solos apenas regulares para agricultura. O motivo se deve à baixa fertilidade de seus solos e ao excesso de água, além de limitações impostas pela mecanização, tanto pelo encharcamento como pela presença de terrenos muito acidentados.

Com relação à Capacidade de Uso das Terras (sistema de avaliação das terras baseado nas características físicas dos terrenos, tais como a declividade do terreno, efeito do clima e outros), grande parte das terras no Vale do Ribeira e Litoral Sul são inapropriadas ou pouco recomendadas à agricultura, pois conforme indica a tabela anterior, somente 29,43% de suas terras (Classes I, II, III, IV, V e VI) são apontadas como terras aptas para plantios e/ou pastagens.

A Tabela a seguir mostra, no seu conjunto, a vocação florestal por excelência da região.

Classificação	Descrição	Ocorrência (%)
Classes I, II e III	Terras aráveis	6,28
Classes IV e VI	Terras para culturas permanentes	12,18
Classe V	Terras para pastagens	10,97
Classe VII	Pastagens ocasionais e reflorestamento	46,19
Classe VIII	Terras inaproveitáveis	24,37

Tabela 2 - Capacidade de uso das terras
Fonte: Os Recursos Hídricos da Bacia do Ribeira de Iguape e do Litoral Sul –Vol. 4, SMA/1989

Do ponto de vista conservacionista, a presença de terrenos com tantas limitações e particularidades ambientais (além da grande deficiência de informações) faz com que seja plenamente justificável a implantação da política de proteção dos recursos naturais na região.

4.8 - Hidrologia

A Bacia do Alto Juquiá

A Bacia do Alto Juquiá, com extensão de 948,51 km², está situada no quadrante oeste/sudoeste da RMSP, constituindo parcela do território da UGRHI 11. Seu perímetro abrange áreas dos municípios de Juquitiba, São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra e Ibiúna. Seu principal corpo hídrico, o rio Juquiá, possui elevada disponibilidade hídrica e bons índices de qualidade, por esse motivo, é um manancial estratégico para o suprimento de água da Macrometrópole Paulista.

Este caráter estratégico está se materializando com o novo Sistema Produtor São Lourenço que permite a transposição de 6,4 m³/s, a partir do Reservatório Cachoeira do França, para a nova ETA Vargem Grande. Muito embora parte do território da RMSP, conhecida por sua densidade urbana e econômica, a Bacia do Alto Juquiá apresenta núcleos urbanos e atividades produtivas de dimensões modestas - sua população total, em 2010, era de 42 mil habitantes (34 mil habitantes urbanos).

O paradoxo aparente, entretanto, não é próprio apenas a esse território. A bacia hidrográfica que contribui para as represas que formam o Sistema Cantareira, ao norte da Metrópole, e a Bacia Hidrográfica do rio Jaguari, parcela de bacia maior, a do Vale do Paraíba (também cenário de outra obra de reforço de vazões para o abastecimento público metropolitano, pela interligação de seu reservatório com o Sistema Cantareira), igualmente apresentam atividades urbanas e econômicas reduzidas.

No caso específico do Alto Juquiá, mas não das outras duas bacias mencionadas, o corolário é a sua excepcional cobertura vegetal. Por outro lado, persiste uma tensão entre as

atividades urbanas e econômicas da bacia, conquanto modestas, e as disposições legais ainda estabelecidas pela chamada Legislação de Proteção de Mananciais datada da década de 1970 (Leis Estaduais nº 898/75 e nº 1172/76). Esses documentos legais, ao fixar restrições severas ao uso e ocupação do solo, têm gerado dificuldades acentuadas tanto à expansão de empreendimentos econômicos quanto à formalização e regularização de usos urbanos e, ainda, ao seu atendimento com infraestrutura pública básica (inclusive de esgotamento sanitário).

Esse é um problema especialmente relevante para as áreas urbanas dos municípios de São Lourenço da Serra e Juquitiba, e justifica a demanda regional por uma alteração daquela legislação estadual, no sentido de termos legais que, mantida a vocação predominante da bacia, a sua qualidade ambiental, expressa por áreas em larga medida preservadas e pela capacidade de produção hídrica de boa qualidade, estabeleçam uma melhor condição para o exercício de atividades urbanas e econômicas de impactos controlados.

4.9 - A UGRHI 11

A UGRHI 11 é composta por uma complexa rede hidrográfica. Desta rede, apenas os Rios Itapirapuã, Pardo e Ribeira de Iguape são de domínio da União. Todos os demais são de domínio do Estado. Os principais cursos d'água, além do próprio Rio Ribeira de Iguape, são os seus afluentes: Rio Juquiá, São Lourenço, Jacupiranga, Pardo, Turvo, Una da Aldeia, Ponta Grossa e Itariri. Segundo o CORHI - Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004/2007, na Bacia do Rio Ribeira de Iguape encontram-se os reservatórios de: Alecrim, da Barra, Cachoeira do França, Cachoeira da Fumaça, Porto Raso e Serraria, no Rio Juquiá; Salto de Iporanga, no Rio Assungui; Catas Altas, no Rio Catas Altas; e Jurupará, no Ribeirão do Peixe.

Os oitos primeiros reservatórios foram construídos pela CBA, para geração de energia elétrica destinada à produção de alumínio em indústrias localizadas na UGRHI 10 (Sorocaba/Médio Tietê). A área de drenagem da UGRHI 11 compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape além de outras bacias como, UGRHI 6 (Peruíbe), UGRHI 10 (Ibiúna, Itapecerica da Serra e Piedade) e UGRHI 14 (São Miguel Arcanjo), que

deságuam no Oceano Atlântico e canais estuarinos, como os rios: Rio Comprido ou Una, Rio Itimirim, Rio Iririaia-Mirim e Rio Ipiranguinha.

Suas nascentes, em geral, encontram-se na vertente marítima da Serra do Mar e, após vencerem desníveis acentuados, conformam planícies flúvio-marinhas, drenam manguezais e deságuam no oceano ou canais estuarinos. O Rio Ribeira nasce no Paraná e somente passa a ser denominado Rio Ribeira de Iguape após a confluência com seu principal afluente, o Rio Juquiá. Segundo a Resolução CONAMA nº 357/05, os corpos d'água dessa região foram enquadrados na Classe 2 (águas que podem ser destinadas ao abastecimento humano, após tratamento convencional), com exceção dos rios Sete Barras, Turvo e seus afluentes (São João, Córrego dos Veados, Córrego Poço Grande, Rio João Surrá, Rio São Lourenço e cabeceira do Rio Juquiá) enquadrados como Classe 1 (águas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado).

A sede do município de Juquitiba situa-se na unidade ambiental denominada "Sistema de morros e escarpas das serras do Mar e Paranapiacaba". Conforme o Relatório de Situação, essa unidade "abrange as partes inferiores das unidades morfoesculturais do Planalto do Alto Ribeira - Turvo, das serras do Mar e Paranapiacaba, encontrando-se bastante preservada das influências antrópicas e melhor protegida no ESP que no Paraná, onde existem grandes áreas de plantações florestais de pinus e eucaliptos, e pastagens nas áreas mais baixas.

O relevo é montanhoso e escarpado, onde os morros apresentam vertentes longas, muito inclinadas, com vales profundos e relativamente estreitos. As altitudes vão até mais de 1200 m, a pluviosidade é alta nas escarpas, a temperatura é um pouco mais baixa do que no restante da região e os solos são em geral mais rasos e menos adequados a aproveitamento agrícola. Além de a unidade ser constituída por terrenos escarpados, há nos vales alongados planícies aluvionais, logo terrenos planos e permeáveis. A sede do município se situa num sítio onde os afluentes do Rio São Lourenço escoam por leitos bem encaixados a montante, com planícies aluvionais já mais destacadas com consequências importantes na drenagem urbana. Também as declividades montantes dos leitos são elevadas, garantindo uma boa condição de escoamento das águas pluviais, mas diminuem

significativamente quando afluem à planície aluvional, sendo potencialmente inundáveis. As bacias e sub-bacias do município de Juquitiba somam 222,84 km², aproximadamente 43% da área territorial e seus corpos d'água são os receptores das águas pluviais geradas na área urbana.

A cobertura e a eficiência da drenagem dependem diretamente do regime hidrológico desses rios. O município é atravessado pelo Rio São Lourenço na própria área urbana. Logo mais a jusante aflui ao rio Juquiá pela margem direita. Vários pequenos afluentes pela margem esquerda e direita são encontrados nessa área. A seção do Rio São Lourenço na cidade corresponde a uma área de drenagem com cerca de 190 km².

Em termos de macrodrenagem, a área urbana fica sujeita às consequências dos fenômenos que acontecem na porção montante da bacia hidrográfica desse rio, bem como dos seus pequenos afluentes. Os rios São Lourenço e Juquiá são de domínio estadual, pois atravessam mais de um município. A população urbana se espalha por uma área de 278,02 ha e perímetro de 9,54 km, sendo que não existe área atingida por inundação no evento crítico de janeiro de 1997, quando houve a cheia do rio Ribeira do Iguape, devido a sua posição bem a montante na UGRHI 11.

Houve um fato relevante, devido a chuvas excepcionais, em março de 2009, data em que ocorreram diversos pontos de inundação na cidade, um destes pontos foi na Avenida Tancredo Neves e suas proximidades junto a Praça Manoel Jesuino Godinho e a Estação Rodoviária, onde existe a canalização, em seção fechada, de um córrego sem denominação. Este córrego encontra-se canalizado desde seu início até um quarteirão antes de desaguar no rio Juquiá. Por causa da localização da mancha urbana, dentro do sistema ambiental apontado anteriormente, existem espaços para a expansão urbana, para que terrenos mais frágeis não sejam ocupados, caso das várzeas do Rio São Lourenço e da confluência com seus afluentes. Importante notar que a sede do município se situa ao lado direito da Rodovia Régis Bittencourt e a 38 km de Itapecerica da Serra, já na RMSP, portanto sofre influência desta, mesmo que seja em nível secundário quanto à expansão urbana.

Disponibilidade e demanda de água

A Bacia do Ribeira de Iguape é a única no ESP onde a relação disponibilidade versus demanda é extremamente positiva. Tem uma situação privilegiada em relação às demais no tocante à qualidade e quantidade de água, tanto por apresentar a mais elevada disponibilidade, como pela demanda ainda pequena dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Por esta razão, existem estudos sobre a viabilidade de uso de parte dos recursos hídricos da região do Vale do Ribeira, principalmente do Rio Juquiá, para reforço do abastecimento da RMSP.

Segundo o DAEE, a Bacia do Ribeira de Iguape tem uma demanda total de 6,08 m3/s dividida em: uso urbano (1,11 m³/s); uso industrial (2,67 m³/s); e irrigação (2,3 m³/s). A sua disponibilidade hídrica, (Q7,10) é de 179,24 m³/s, portanto, a relação demanda/disponibilidade para toda a bacia é somente de 3,39%.

Figura 9 - Índice de qualidade de água para proteção da vida aquática - IVA 2006
Fonte: CBH-RB – Plano de Bacia da UGRHI 11, 2018

Figura 10 - Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público - IAP 2006
Fonte: CBH-RB – Plano de Bacia da UGRHI 11, 2018

Poluição por carga orgânica

Os esgotos domésticos são a principal fonte de poluição na Bacia do Ribeira e Litoral Sul. Entretanto, os dados da SABESP referentes ao ano 2007 indicam melhora nos índices de cobertura de coleta de esgoto (56 para 62%) e do esgoto coletado tratado (49 para 87%), em comparação com os dados da CETESB de 2006. Segundo a SABESP, e adotando os dados demográficos do IBGE em 2007, a população urbana residente na UGRHI 11 é atendida em 99% por abastecimento de água e em 62% por coleta de esgoto, sendo que destes 87% são tratados.

Os esgotos coletados representam uma carga potencial total de 4.727 t DBO/ano, porém após o tratamento em ETE sobram 614 t DBO/ano, não sendo possível calcular quanto dos esgotos urbanos não coletados e dos resíduos das áreas rurais contribuem para a poluição das águas.

A carga orgânica de efluentes diminuiu de 5.335 t DBO/ano em 2005 para 4.727 t DBO/ano em 2007, por conta dos investimentos realizados pela SABESP.

Qualidade e monitoramento das águas e sedimentos A variação da proporção das análises de água com inconformidades na área da UGRHI 11 tem sido grande. Ela aumentou de 8% para 12% no período de 2000 a 2001, diminuiu para 6% em 2005 e subiu novamente para 8% nos dois anos seguintes (2006 e 2007), indicando que alguns dos parâmetros estão respondendo de maneira inadequada aos controles de qualidade.

Para a UGRHI 11 são feitas coletas em seis pontos de monitoramento de água e dois de sedimentos; embora a média não seja muito baixa (0,35 coletas/1.000 km²), ela é insuficiente para caracterizar a qualidade dos cursos d'água da região, devido à grande densidade da rede hidrográfica. O caso do monitoramento das águas subterrâneas é extremo: não existe nenhum poço de monitoramento na UGRHI 11.

4.10 - Uso e ocupação do solo

As proporções entre os diversos tipos de uso e ocupação do solo são coerentes com o que se observa nos dados demográficos e econômicos: predominam áreas cobertas por vegetação natural, com uma parte muito pequena do território apresentando aproveitamento agrícola ou urbano.

Embora as categorias e a área abrangida nos três levantamentos sejam um pouco diferentes, comparando-se os levantamentos de 1991, 2002 e 2007, todos realizados pela Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental, é possível perceber o aumento na área ocupada por formações vegetais naturais (virgens ou em recuperação), que representam 81,76% no último levantamento, em detrimento das áreas ocupadas por plantações ou pastagens.

Este aumento da superfície ocupada por formações naturais é resultado da migração da população das zonas rurais para as urbanas da região e mesmo de fora dela. Nas cidades, esses migrantes ocupam as zonas periféricas, justamente aquelas não atendidas por

abastecimento de água e coleta de esgotos, usando soluções inadequadas. Segundo o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2008, a CETESB considera que, quanto ao uso do solo na atividade rural predominam as pastagens, além da fruticultura e silvicultura, e que é significativa a presença de extração mineral de areia e turfa nas áreas de várzea.

Entretanto, segundo o DNPM, e pela experiência de campo, observa-se que a extração de turfa é insignificante e a de areia é feita em leitos de rios, e não nas várzeas, fato que acontece no vale do Paraíba, mas não no Ribeira. Um dos maiores problemas atuais de poluição das águas, ligado à mineração, é causado pela lavra e industrialização de fertilizantes fosfáticos no complexo de Cajati e o conjunto mínerocimenteiro em Apiaí.

4.11 - Unidades de Conservação

A UGRHI 11 concentra 13 Unidades de Conservação de Proteção Integral do território paulista, além de 7 Unidades de Uso Sustentável e 6 áreas especialmente protegidas. Dezoito municípios recebem compensação financeira (ICMS Ecológico), atingindo o maior valor recebido pelas UGRHI que têm áreas naturais sob proteção ambiental.

Além do fato de que parte dos municípios se encontra no perímetro tombado do Parque da Serra do Mar1, existem na UGRHI 11 Unidades de Conservação de Proteção Integral, os Parques Estaduais: PETAR - Alto do Ribeira, Intervales, Jacupiranga, Carlos Botelho, Jurupará, Campina do Encantado e Ilha do Cardoso. Além dos Parques há a APA Cananéia - Iguape - Peruíbe, de jurisdição federal, que abrange todo o Complexo Lagunar Estuarino.

Há que se ressaltar que muitas das UC da região contam com Conselhos Gestores e Planos de Manejos, muitos dos quais já apreciados e contando com a Deliberação do CONSEMA, como os Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales, Campina do Encantado e Serra do Mar. No entanto, há em análise no CONSEMA o Parque Estadual do Jurupará e em elaboração a Estação Ecológica Xitué e o PETAR (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010). A Figura a seguir apresenta um recorte resumido das UC na região de Juquitiba, atualizadas até 2008.

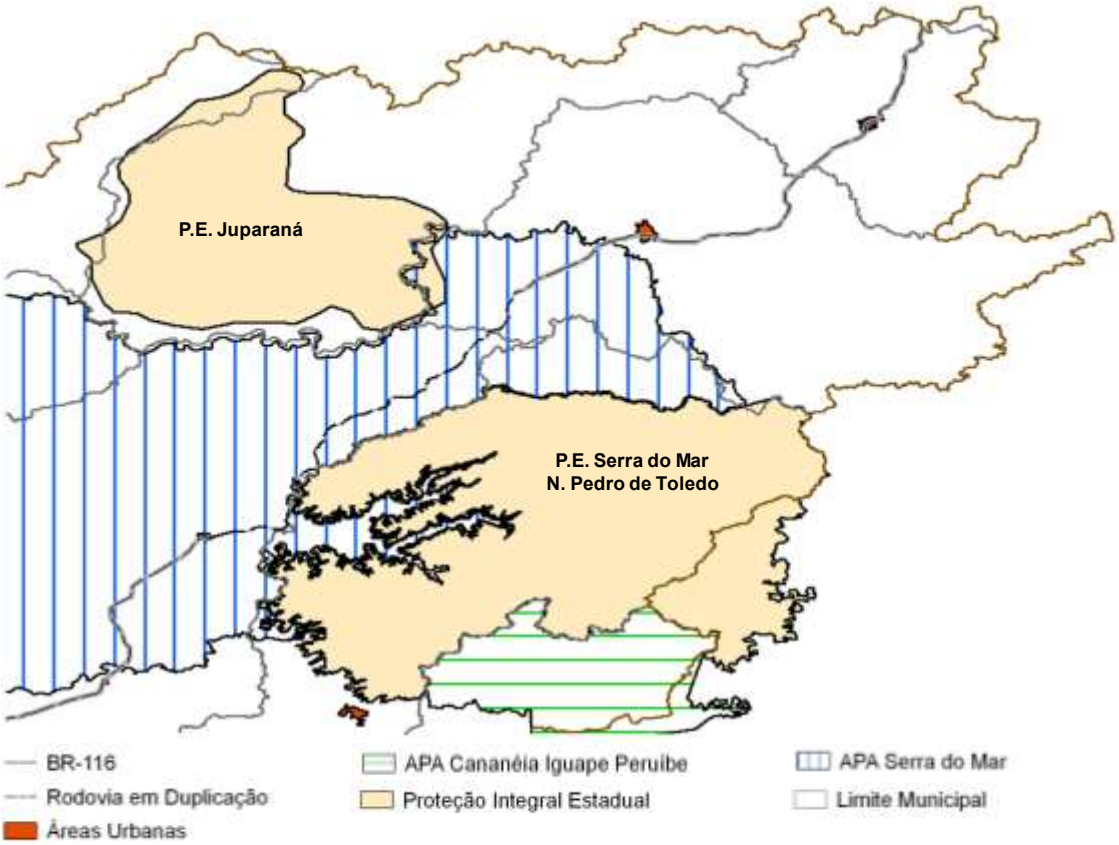


Figura 11 - Unidades de Conservação na região de Juquitiba
Fonte: CBH-RB – Plano de Bacia da UGRHI 11, 2018

O município de Juquitiba está inserido na Unidade de Proteção Integral no Vale do Ribeira e Litoral Sul - **Parque Estadual Serra do Mar - Núcleos Pedro de Toledo e Curucutu**, criado pelo Decreto Estadual nº 10251, de 30 de agosto de 1977, na Unidade de Uso Sustentável no Vale do Ribeira e Litoral Sul - **APA Serra do Mar**, criada pelo Decreto estadual nº 22.717, de 21 de setembro de 1984 e parte da zona de amortecimento do **Parque Estadual do Jurupará**, criado pelos Decretos Estaduais nº 35.703 e 35.704, de 1992.

Na Figura seguinte encontra-se o mapa de Uso do Solo do município. É importante notar a alta proporção de área coberta por formações naturais (75,42%), de grande importância ambiental, motivo pelo qual tem a mais alta proporção de áreas com Unidades de Conservação, merecendo cuidados especiais para sua manutenção.

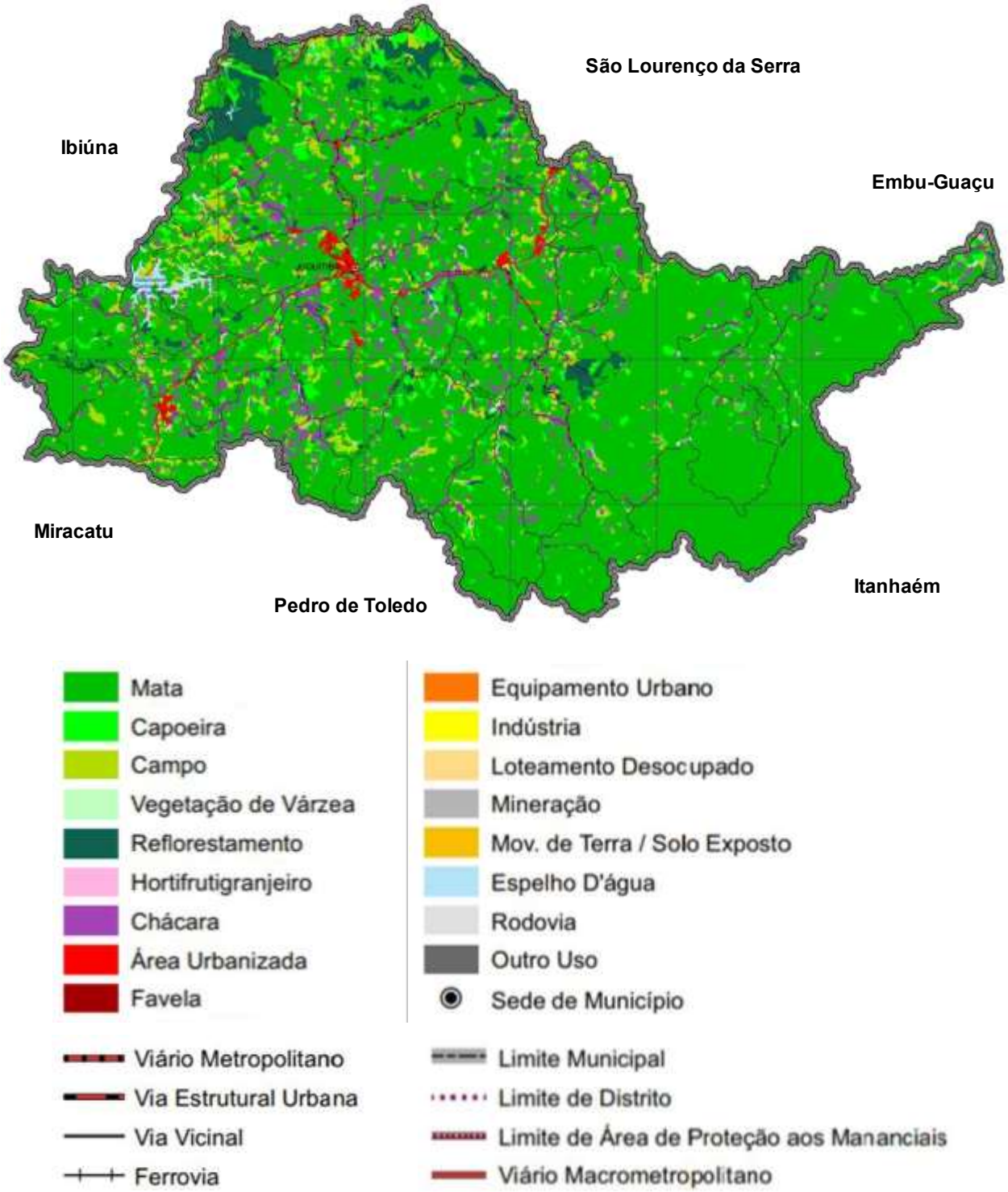


Figura 12 - Uso e Ocupação do solo e aptidão física ao assentamento urbano
Fonte: Atlas de Uso e Ocupação do Solo do Município de Juquitiba

Local	Área (km²)	%
Mata	393,39	75,42
Capoeira	26,04	4,99
Campo	31,10	5,96
Vegetação de várzea	0,74	0,14
Reflorestamento	19,48	3,73
Hortifrutigrangeiro	0,66	0,13
Chácara	39,22	7,52
Área urbanizada	3,08	0,59
favela	0,01	0,00
Equipamento urbano	0,61	0,12
Indústria	0,06	0,01
Loteamento desocupado	0,10	0,02
Mineração	0,01	0,00
Solo exposto	1,25	0,24
Espelho d'água	5,03	0,96
Rodovia	0,48	0,09
Outro uso	0,34	0,07
Total	**521,60**	**100,00**

Tabela 3 - Uso e Ocupação do solo e aptidão física ao assentamento urbano
Fonte: Atlas de Uso e Ocupação do solo do Município de Juquitiba

4.12 - Flora

A vegetação da região é típica da Mata Atlântica. Patrimônio natural, socioambiental e cultural da humanidade, título conferido em 1999 pela UNESCO. Trata-se da maior área contínua de Mata Atlântica do Brasil.

Complexo Estuarino Lagunar Iguape-Cananéia-Paranaguá, no litoral do vale: José Gabriel Lindoso

Bioma considerado um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas em termos de diversidade biológica do Planeta, a Mata Atlântica hoje está reduzida a 7% de sua área original, ou a aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. Desse total, 23% se situam no Vale do Ribeira com seus 2,1 milhão de hectares de florestas, 150 mil de restingas, 17 mil de manguezais e 200 km de uma costa recortada por um conjunto de praias, estuários e ilhas. Todas essas áreas estão extremamente bem preservadas, incluindo o mais conservado

banco genético das regiões Nordeste, Sudeste e Sul e a mais importante reserva de água doce dos dois estados.

Em relação à flora, o contínuo ecológico da região permite a sobrevivência de espécies típicas de matas íntegras, como canelas cedros, figueira, jatobá, bucúva, etc. Ainda, resultante do bom estado de conservação das matas, encontram-se nestas Unidades de Conservação remanescentes de palmito-juçara, considerada espécie-chave na cadeia alimentar da Mata Atlântica, responsável, através de sua grande quantidade de frutos, pela alimentação de vários animais na floresta.

Grande parte de sua extração é ilegal, e esta espécie tem desaparecido das matas não protegidas. Importante também no equilíbrio desta floresta é a rica variedade de Epífitas (bromélias, orquídeas, lianas), que colonizam os troncos e copas de árvores frondosas, sendo lar para vários tipos de invertebrados e anfíbios, que alimentam grande parte da fauna regional.

Quando nos referimos à flora relacionada ao PETAR, notamos a grande importância ecológica, tal que permite a sobrevivência de espécies típicas de matas integra. Em foco citados: canelas, cedros, figueiras, jatobás, bucúvas, e entre outras. Ainda assim, resultado do bom estado de conservação das matas pode encontrar nesta conservação remanescentes de palmito juçara, considerada espécie em foco na cadeia alimentar da mata atlântica, através de sua grande quantidade de frutos, pela alimentação dos diversos animais na floresta.

Grande parte de sua extração é ilegal, causando a diminuição da espécie nas matas não protegidas. Algo importante também no equilíbrio desta floresta é a rica variedade de Epífitas (bromélias, orquídeas, lianas), que colonizam os troncos e copas de arvores frondosas, concluindo assim que se torna lar para vários tipos de invertebrados e anfíbios, que alimentam grande parte da sua imensa fauna regionais.

4.13 - Fauna

A fauna típica de mata atlântica e também cavernas. São encontrados animais, como por exemplo, a onça pintada, o gavião-real, o mono-carvoeiro ou muriqui, tucano, pica-pau, beija-flor, saira, coruja, o gavião-do-penacho, o papagaio-de-peito-roxo, a harpia, o cachorro-do-mato, gambá e a cuíca-d'água, por causa das cavernas também temos o chamado piolho-de-cobra, besouros, o falso escorpião, o bagre-cego, morcegos, o grilo cavernícola entre muitos outros aracnídeos, insetos, crustáceos, peixes, além de mais de 30 outras espécies de vertebrados que se encontram na lista de ameaçados de extinção, como a rara ave marialeque, a ágil lontra e curioso cágado, entre outros.

A Tabela abaixo resume o número de espécies animais indicado na literatura para a área em estudo.

Tipo	Espécies no Vale do ribeira e Litoral Sul	Espécies endêmicas na área	Observações
Peixes	90	63	
Anfíbios	180 (Estado de SP)	36	47 no P.E. Intervales
Répteis	68		
Aves	750 (Estado de SP)		239 no P.E. Jacupiranga
Mamíferos	261 (Mata Atlântica)		84 no P.E. Intervales

Tabela 4 - Espécies animais na UGRHI 11
Fonte: CBH-RB – Plano de Bacia da UGRHI 11, 2018

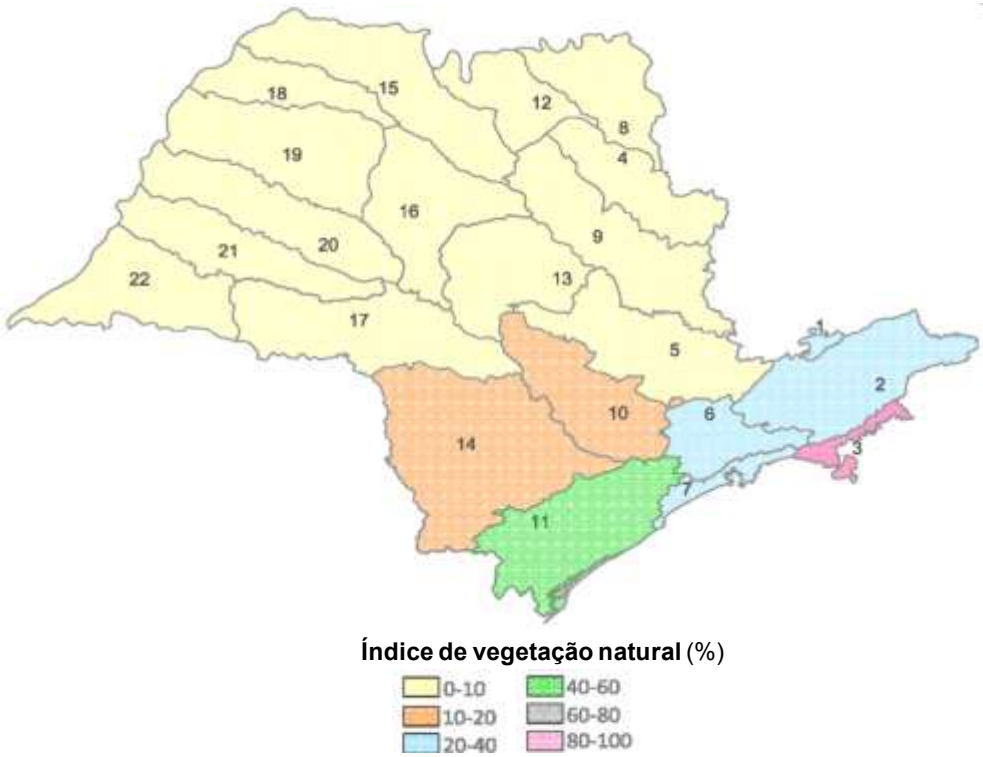
4.14 - Biodiversidade

A UGRHI 11 apresenta um dos maiores índices de vegetação natural do ESP, correspondentes a 66,2% de sua superfície. Essa é uma das regiões de maior concentração de Unidades de Conservação, com jurisdição estadual e federal, do ESP, abrangendo uma das maiores e mais significativas áreas com remanescentes, legalmente protegidos, da Mata Atlântica do Brasil.

A área apresenta-se coberta em sua maior parte por vegetação natural, predominantemente matas, ocorrendo ainda capoeiras, vegetação de várzeas e restingas, mangues e campos.

Ao contrário do que ocorria anteriormente, entre 1990 e 2001 aumentou a área de vegetação natural, pela regeneração natural de áreas anteriormente cultivadas (AMAVALES, 2008).

São encontrados remanescentes contínuos de Mata Atlântica, representados pela Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecídua e ecossistemas associados de Restinga e Manguezais, além de ecossistemas insulares e ambientes de cavernas. No Inventário Florestal da Vegetação Natural do ESP de 2005, elaborado pelo Instituto Florestal, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, foram utilizadas imagens orbitais e fotografias do período 2000-2001. As indicações sobre a situação da vegetação natural, observadas as diferentes porcentagens de ocorrência, são apresentadas na Figura a seguir.



1	Mantiqueira	**8**	Sapucai/Grande	**15**	Turvo/Grande
2	Paraíba do Sul	**9**	Mogi-Guaçu	**16**	Tietê/Batalha
3	Litoral Norte	**10**	Tietê/Sorocaba	**17**	Médio Paranapanema
4	Pardo	**11**	Ribeira do Iguape/Litoral Sul	**18**	São José dos Dourados
5	Piracicaba/Capivari/Jundiaí	**12**	Baixo Pardo/Grande	**19**	Baixo Tietê
6	Alto Tietê	**13**	Tietê/Jacaré	**20**	Aguapeí
7	Baixada Santista	**14**	Alto Paranapanema	**21**	Peixe
				22	Pontal do Paranapanema

Figura 13 - Índices de vegetação natural remanescente nas UGRHI do ESP
Fonte: PERH - Plano Estadual de Recursos Hídricos, 2004/2007

4.15 - Sítios arqueológicos

Cabe salientar, que na UGRHI 11, especialmente nos municípios de Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga e Registro, há um conjunto de Bens e Sítios Históricos e Arqueológicos Tombados pelo CONDEPHAAT.

Estudos e levantamentos realizados em 1992 para o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP acusaram centenas de sítios arqueológicos no Vale do Ribeira. A maior parte dos mesmos é encontrada nos municípios de Apiaí, Ribeira e Barra do Turvo, tendo sido descobertos principalmente durante a abertura de estradas. Entre os 185 sítios mais importantes registrados destacam-se:

- ✓ 75 sítios líticos.
- ✓ 82 sítios cerâmicos.
- ✓ 12 sambaquis.
- ✓ 12 sítios em abrigos/grutas e
- ✓ 3 cemitérios indígenas.

O plano de manejo turístico do PETAR possui orientações para preservação de seus 28 sítios arqueológicos.

4.16 - Comunidades quilombolas e terras indígenas

A questão dos Quilombos no ESP não deixa de ser também uma questão de legitimação de posse de suas terras. De acordo com a Constituição Federal - Art. 68 das Disposições Constitucionais Transitórias - é atribuído ao Estado o reconhecimento da propriedade definitiva aos Remanescentes de Quilombos que estejam ocupando suas terras. De acordo com o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11, 2008, no Vale do Ribeira e Litoral Sul em especial, essas comunidades ocupam, geralmente, áreas localizadas nas nascentes dos rios, ou seja, áreas de mananciais, e estão totalmente inseridas em APAs,

Áreas de Preservação Permanente e Parques Estaduais, fato pelo qual demanda cuidados especiais para estas comunidades, que precisam conciliar desenvolvimento sustentável com qualidade de vida para seu povo, evitando a degradação do meio ambiente.

Já a população indígena do Vale do Ribeira está organizada em dez aldeias Guarani formada por famílias pertencentes aos subgrupos Mbyá e Ñandeva. A FUNAI estima que a população indígena na região tenha mais de 400 indivíduos. A presença do povo Guarani no Vale do Ribeira é marcada por intensa mobilidade de sua população, devida, em parte, à falta de regularização fundiária de seus territórios tradicionais, que muitas vezes são sobrepostos às áreas de UC.

5 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

5.1 - Apresentação

O levantamento realizado para se buscar as características socioeconômicas do Município de Juquitiba, ESP, se deu através de pesquisa e tabulação de dados disponibilizados pelo IBGE, aprimorando-se algumas análises através de informações sistematizadas pela Fundação SEADE e pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que traz o Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive em nível municipal e das regiões metropolitanas.

As informações levantadas irão permitir a realização de análise comparativa com outros municípios da região, bem como com os índices da Região Metropolitana de São Paulo e da capital paulista no que diz respeito ao IDHM, Demografia, Educação, Renda, Trabalho, Habitação, Vulnerabilidade e populacionais, para que se possa realizar um diagnóstico mais próximo das realidades da cidade.

Existem indicadores que são diretamente ligados à gestão de resíduos, e outros que, indiretamente podem oferecer caminhos a serem selecionados quanto aos prognósticos, diretrizes, metas e ações que estão sendo definido para o município até o ano de 2032, permitindo buscar a exequibilidade das ações previstas para os próximos quatro anos, que

por sua vez irão permitir a projeção de outras ações até a data limite estabelecida pela Lei Federal nº 12.305/2010.

Os indicadores não falam por si, e muito menos resolvem problemas de gestão, mas contribuem para que seja definido o rumo a ser seguido e as rotas que se quer viabilizar para se chegar ao objetivo final deste PMGIRS.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta de análise das condições gerais da população, que deve ser utilizada para tomada de decisões e como ferramenta de planejamento em qualquer área da administração e da gestão púbica de Juquitiba.

Caracterização do território

Área	**IDHM 2010**
522,17 km²	0,709
Faixa do IDHM	**População** (Estimativa SEADE, 2018)
Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	30.040
Densidade demográfica	**Ano de instalação**
57,53 hab/km²	1964
Microrregião	**Mesorregião**
Itapecerica da Serra	RMSP

5.2 - IDHM

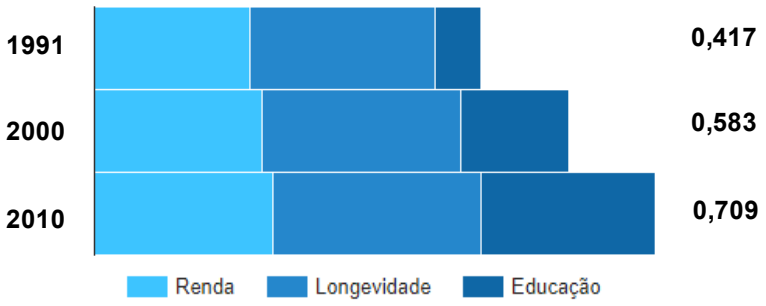


Gráfico 2 - IDHM
Fonte: PNUD, IPEA FJP

Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM - Juquitiba é 0,709, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,791, seguida de Renda, com índice de 0,680, e de Educação, com índice de 0,662.

Ano	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,174	0,409	0,662
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	15,98	28,89	51,49
% de 5 a 6 anos na escola	6,42	58,76	97,08
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	40,07	66,39	88,39
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	15,25	48,09	63,49
% de 18 a 20 anos com médio completo	10,87	21,37	51,15
IDHM Longevidade	0,704	0,757	0,791
Esperança de vida ao nascer	67,21	70,39	72,48
IDHM Renda	0,593	0,639	0,68
Renda per capita	320,69	426,37	550,32

Tabela 5 - IDHM e Componentes
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Evolução

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,583 em 2000 para 0,709 em 2010 - uma taxa de crescimento de 21,61%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 69,78% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,253), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,417 em 1991 para 0,583 em 2000 - uma taxa de crescimento de 39,81%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 71,53% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,235), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,417, em 1991, para 0,709, em 2010, enquanto o IDHM da UF passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 70,02% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 49,91% para o município e 53,85% para a UF.

No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,488), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico comparativo dos principais indicadores do IDHM

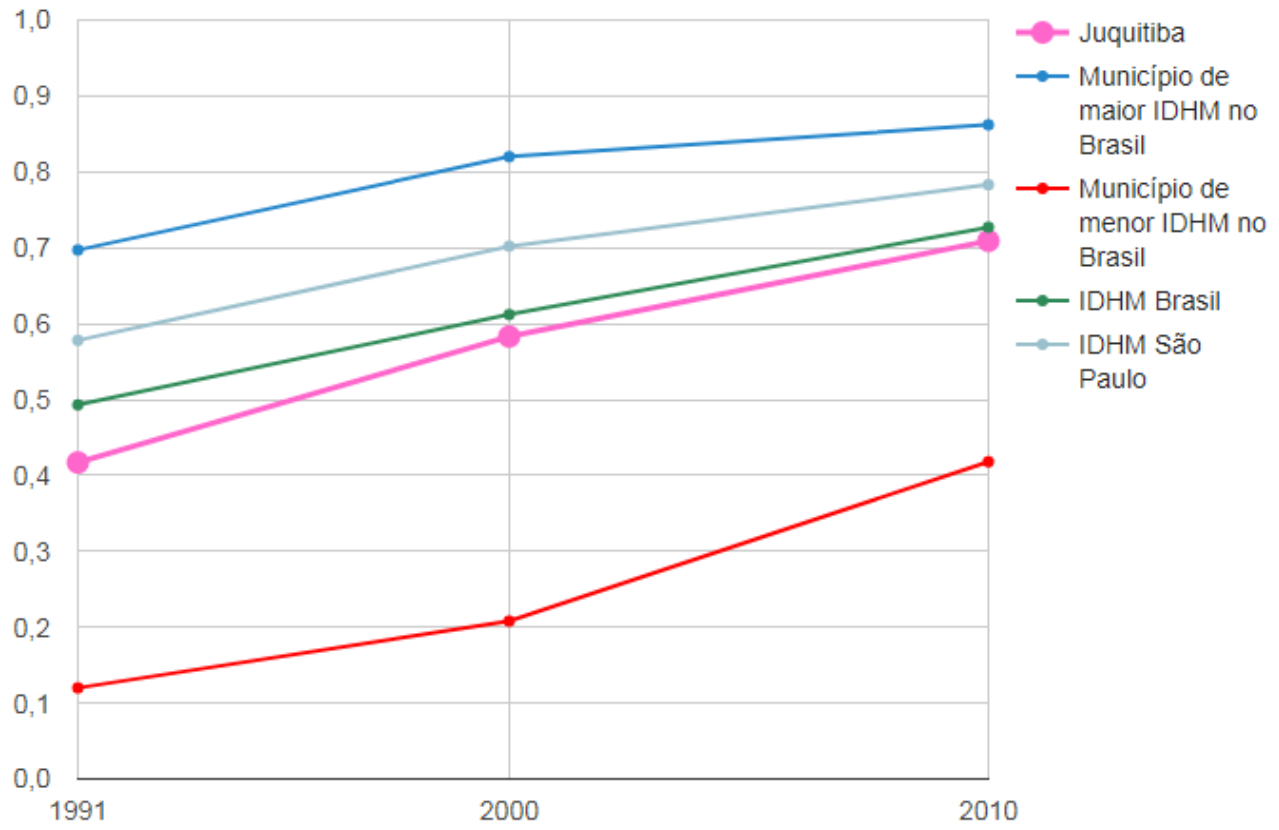


Gráfico 3 - Evolução do IDHM
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Ranking

Juquitiba ocupa a 1638ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). As Tabelas a seguir permitem avaliar comparativamente os índices de IDHM do município de Juquitiba, cidades da região, RMSP, ESP e Capital Paulista.

IDHM - CIDADES E REGIÃO	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
IDHM	**0,709**	0,728	0,749	0,697	0,696	0,805	0,710	0,805	0,783
IDHM EDUCAÇÃO	**0,662**	0,666	0,708	0,655	0,634	0,725	0,614	0,723	0,719
IDHM RENDA	**0,680**	0,704	0,713	0,645	0,654	0,843	0,700	0,812	0,789
IDHM LONGEVIDADE	**0,791**	0,823	0,834	0,803	0,812	0,855	0,832	0,853	0,845
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	**72,48**	74,36	75,01	73,18	73,71	76,30	74,91	76,15	75,69

Tabela 6 - IDHM das cidades e regiões
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.3 - Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Juquitiba cresceu a uma taxa média anual de 0,83%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 65,71% para 77,39%. Em 2010 viviam, no município, 28.737 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 3,18%. Na UF, esta taxa foi de 1,78%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 100,00% para 65,71%.

População	1991		2000		2010	
	População	% do Total	População	% do Total	População	% do Total
População total	19.969	100	26.459	100	28.737	100
População residente masculina	10.397	52,07	13.309	50,3	14.543	50,61
População residente feminina	9.572	47,93	13.150	49,7	14.194	49,39
População urbana	19.969	100	17.387	65,71	22.240	77,39
População rural		0	9.072	34,29	6.497	22,61

Tabela 7 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

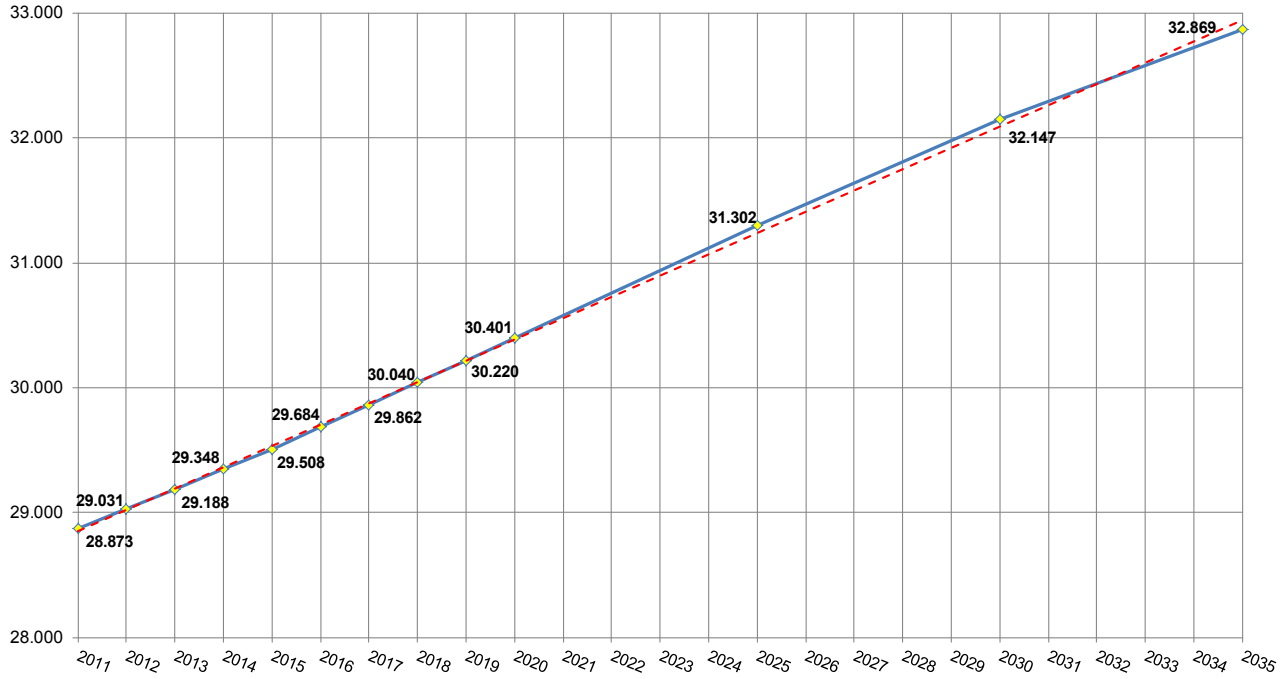


Gráfico 4 - Projeção da população
Fonte: http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 60,84% para 50,19% e a taxa de envelhecimento, de 4,70% para 6,45%.

Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 67,95% e 4,05%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Razão de dependência:

Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

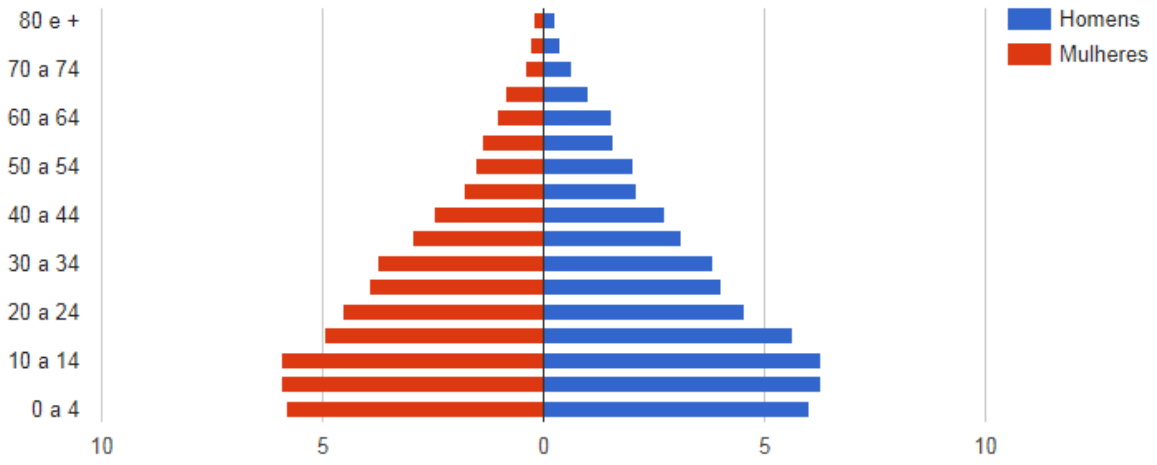
Taxa de envelhecimento:

Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Estrutura Etária	1991		2000		2010	
	População	% do Total	População	% do Total	População	% do Total
Menos de 15 anos	7.270	36,41	8.765	33,13	7.749	26,97
15 a 64 anos	11.890	59,54	16.451	62,18	19.134	66,58
População de 65 anos ou mais	809	4,05	1.243	4,7	1.854	6,45
Razão de dependência	67,95	-	60,84	-	50,19	-
Taxa de envelhecimento	4,05	-	4,7	-	6,45	-

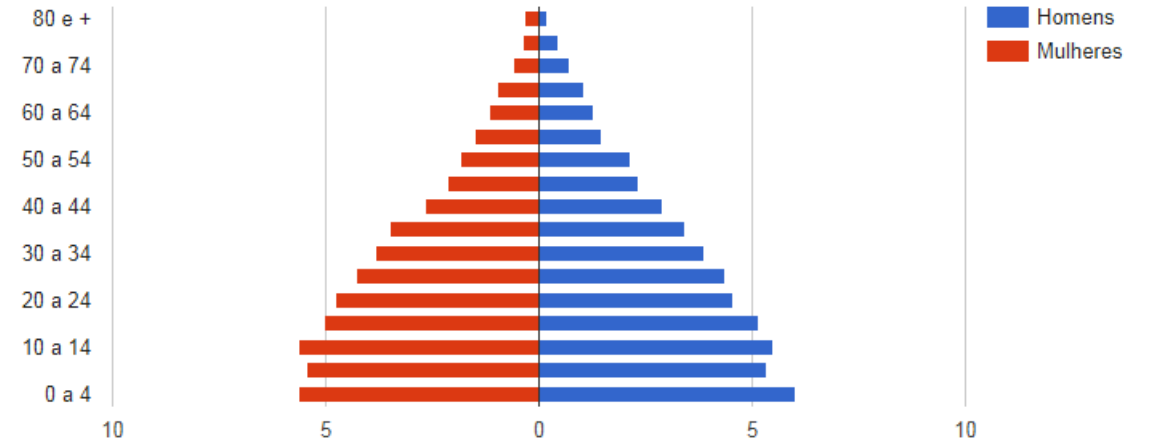
Tabela 8 - Estrutura etária da população
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Pirâmide etária 1991



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Pirâmide etária 2000



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 22,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 18,9 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 30,6. Já na UF, a taxa era de 13,9, em 2010, de 19,4, em 2000 e 27,3, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,2	70,4	72,5
Mortalidade infantil	30,6	22,7	18,9
Mortalidade até 5 anos de idade	34,6	26,4	21,9
Taxa de fecundidade total	3,3	2,9	2,2

Tabela 9 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM. No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,1 anos na última década, passando de 70,4 anos, em 2000, para 72,5 anos, em 2010. Em 1991, era de 67,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

A Tabela a seguir apresenta os dados demográficos comparando os municípios, região e o ESP. O município de Juquitiba, nesses indicadores, apresenta índices de mortalidade, esperança de vida e razão de dependência bem acima das cidades comparadas, e acima dos índices do ESP e da RMSP, assim como apresenta índices inferiores para probabilidade de sobrevivência em qualquer faixa indicada.

DEMOGRAFIA	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Esperança de vida ao nascer	**72,48**	74,36	75,01	73,18	73,71	76,30	74,91	76,15	75,69
Mortalidade infantil	**18,90**	15,70	14,70	17,70	16,80	13,15	16,03	13,00	13,86
Mortalidade até 5 anos de idade	**21,90**	18,21	17,03	20,47	19,44	14,74	17,97	15,08	15,85
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	**92,92**	94,06	94,43	93,36	93,68	95,18	94,54	95,05	94,80
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	**79,44**	82,35	83,32	80,54	81,35	85,32	83,60	84,96	84,30
Razão de dependência	**50,19**	44,66	46,68	57,32	56,96	40,63	47,50	40,96	nc
Taxa de envelhecimento	**6,45**	6,71	6,31	7,97	9,33	8,13	7,35	7,12	7,82

Tabela 10 - Demografia
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.4 - Educação

Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,08%, em 2010.

No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 88,39%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 63,49%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 51,15%.

Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 90,66 pontos percentuais, 48,32 pontos percentuais, 48,24 pontos percentuais e 40,28 pontos percentuais.

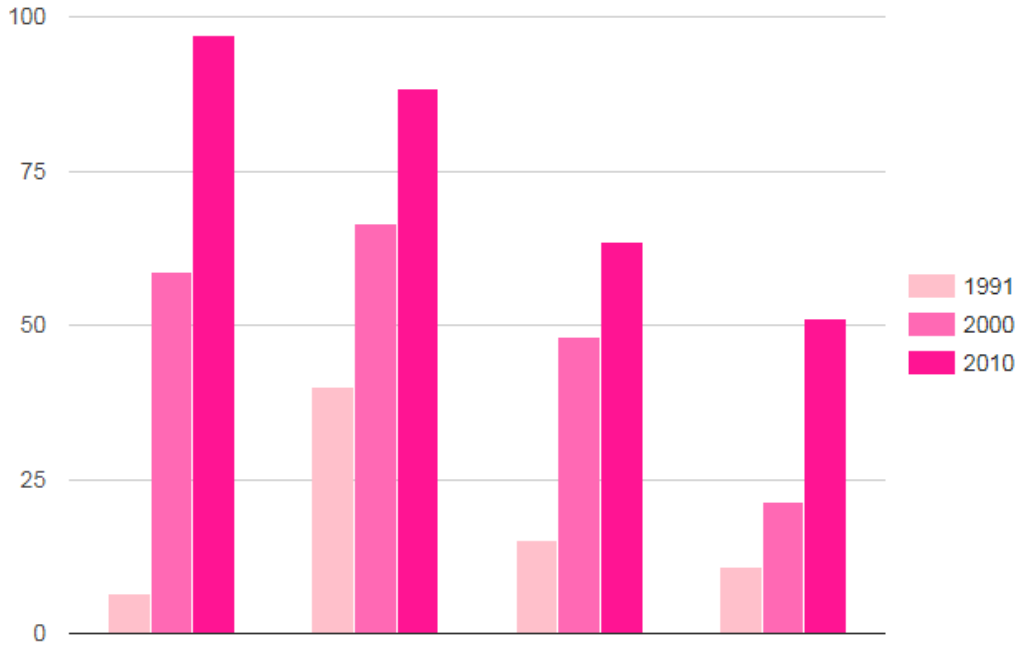


Gráfico 5 - Fluxo escolar por faixa etária – 1991, 2000, 2010
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

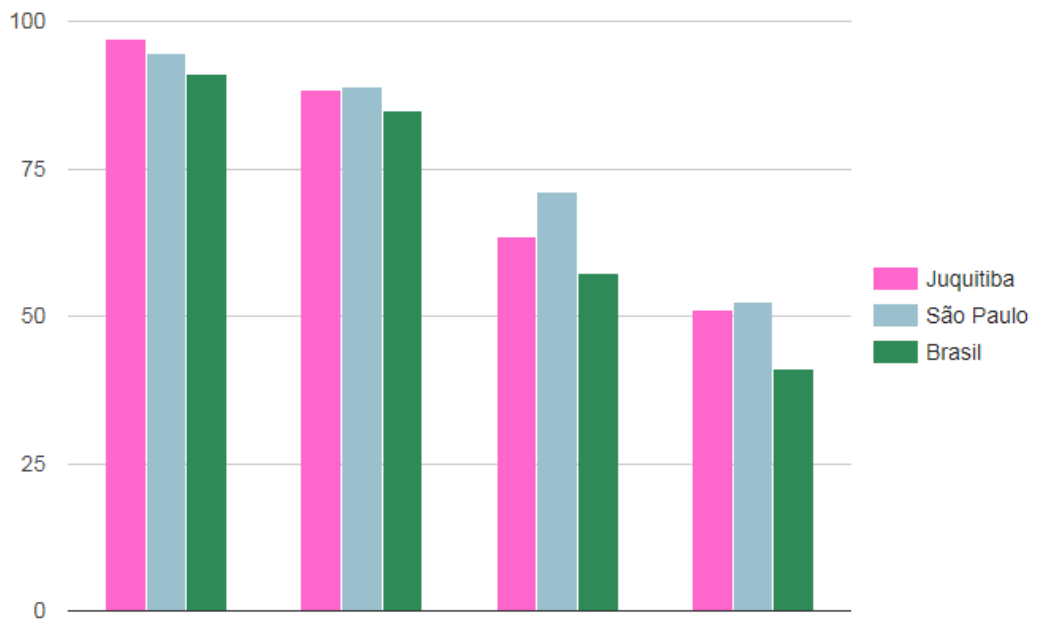


Gráfico 6 - Fluxo escolar por faixa etária - 2010
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, 88,02% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 82,11% e, em 1991, 78,33%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 9,24% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,13% e, em 1991, 0,73%.

Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,02 anos para 9,97 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,23 anos para 10,33 anos.

Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,57 anos, no município, e de 9,68 anos, na UF.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 28,89% para 51,49%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF.

Em 1991, os percentuais eram de 15,98%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 13,54% eram analfabetos, 45,59% tinham o ensino fundamental completo, 29,69% possuíam o ensino médio completo e 5,93%, o superior completo.

No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

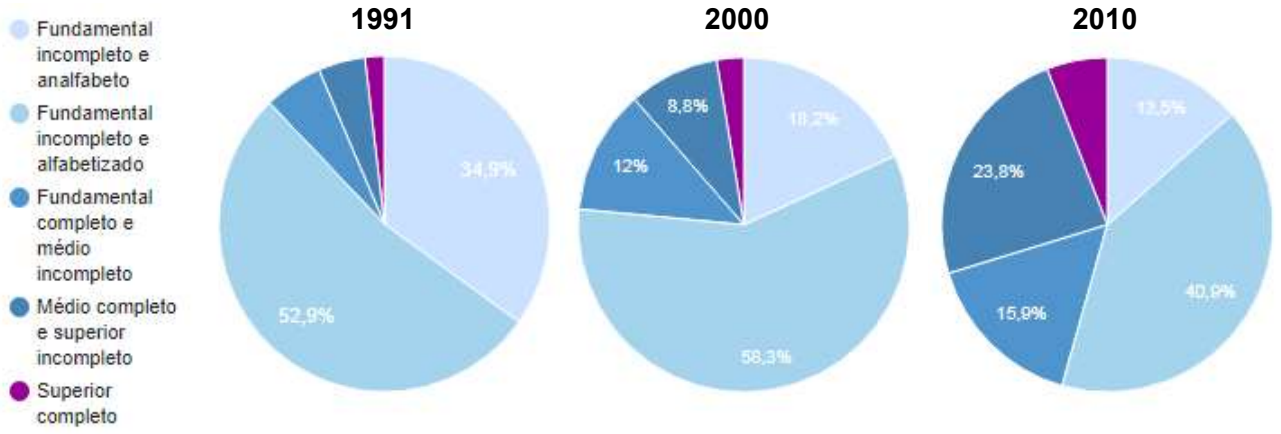


Gráfico 7 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Os indicadores de alfabetização de Juquitiba apresentam, nos dados comparativos, índices superiores aos comparativos, principalmente nas faixas de 15 ou 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração entre 18 e 25 anos de idade.

ANALFABETISMO	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos	**1,63**	1,58	1,44	1,74	1,51	1,69	2,21	1,12	1,49
Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais	**10,82**	8,22	6,07	10,30	10,25	3,18	8,70	3,57	4,32
Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos	**1,36**	1,53	1,33	1,30	1,04	1,17	1,88	0,81	1,09
Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais	**11,61**	8,75	6,45	11,12	11,02	3,30	8,23	3,74	4,53
Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos	**2,29**	0,88	1,00	1,86	1,50	0,94	1,97	0,85	1,03
Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais	**13,54**	10,41	7,61	12,88	12,65	3,74	10,71	4,31	5,21
Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos	**2,20**	1,36	1,24	2,62	3,37	1,04	2,70	1,08	1,29

Tabela 11 - Analfabetismo
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Os dados de escolaridade da população também apresentam situação que deixa a cidade de Juquitiba, em alguns casos, em níveis inferiores, principalmente relativamente ao ESP e RMSP, em alguns casos sendo superados somente pelo município de Ibiúna, que possui características de cidade do interior e pouca proximidade com a RMSP.

ESCOLARIDADE	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	**51,49**	52,69	60,10	47,75	45,34	67,68	43,28	66,01	62,91
Expectativa de anos de estudo	**9,97**	10,50	10,22	10,18	10,31	10,11	10,20	10,64	10,33
% dos ocupados com fundamental completo 18 anos ou mais	**58,34**	61,03	68,81	54,83	53,05	74,63	48,80	73,52	70,76
% dos ocupados com médio completo 18 anos ou mais	**40,59**	43,63	47,88	35,46	36,49	53,90	32,63	55,35	52,58
% dos ocupados com superior completo 18 anos ou mais	**7,49**	8,57	8,97	8,81	7,48	23,44	7,32	19,86	17,37
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	**63,49**	74,20	70,73	74,77	69,53	68,91	65,51	70,04	71,21
% de 18 a 24 anos com fundamental completo	**79,90**	82,59	83,35	77,61	79,45	82,19	71,95	82,69	83,00
% de 25 anos ou mais com fundamental completo	**45,59**	46,45	55,11	41,93	39,36	64,97	37,46	62,72	59,00
% de 18 a 20 anos com médio completo	**51,15**	46,65	55,42	52,33	53,03	50,51	45,46	51,03	52,33
% de 18 a 24 anos com médio completo	**54,74**	51,38	54,81	50,61	51,85	57,20	47,11	57,52	57,89
% de 18 anos ou mais com médio completo	**33,99**	34,55	39,64	30,05	30,08	49,35	28,11	47,38	44,86
% de 25 anos ou mais com superior completo	**5,93**	7,10	7,51	5,99	5,80	20,63	6,43	17,12	15,10
% de 25 anos ou mais com médio completo	**29,69**	31,04	36,39	26,04	26,27	47,88	24,26	45,38	42,33

Tabela 12 - Escolaridade
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

ESCOLARIDADE - Frequência atendimento	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de 0 a 5 anos na escola	**35,00**	42,00	51,00	34,00	41,00	55,00	35,00	n/h	50,75
% de 5 a 6 anos na escola	**97,08**	97,38	87,50	88,62	92,77	93,01	91,26	93,46	94,49
% de 6 a 14 anos na escola	**98,45**	97,25	97,07	97,09	99,34	96,02	95,76	96,47	97,07
% de 6 a 17 anos na escola	**95,33**	95,15	95,18	92,30	95,27	93,29	89,82	93,79	94,00
% de 15 a 17 anos na escola	**85,47**	89,23	89,31	77,24	82,10	85,35	72,16	86,01	85,34
% de 18 a 24 anos na escola	**21,92**	28,64	21,18	13,60	17,70	36,03	15,42	32,43	29,16
% de 25 a 29 anos na escola	**8,55**	16,34	10,10	6,71	3,47	20,04	8,40	17,94	14,94

Tabela 13 - ESCOLARIDADE - Frequência atendimento
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

ESCOLARIDADE - Frequência Bruta	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Taxa de frequência bruta à pré-escola	**57,88**	70,34	54,26	61,87	76,05	79,60	65,86	n/h	79,90
Taxa de frequência bruta ao fundamental REGULAR SERIADO	**103,31**	115,51	103,92	107,59	102,66	112,11	102,20	109,37	107,14
Taxa de frequência bruta ao médio REGULAR SERIADO	**65,08**	83,52	72,95	75,38	71,59	83,59	66,59	82,33	79,13
Taxa de frequência bruta ao básico REGULAR SERIADO	**94,14**	107,12	96,36	99,82	95,32	104,82	93,24	102,46	99,81
Taxa de frequência bruta ao superior	**17,13**	19,69	24,60	11,06	8,81	48,25	16,36	41,25	36,42

Tabela 14 - ESCOLARIDADE - Frequência Bruta
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

ESCOLARIDADE - Frequência Líquida	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Expectativa de anos de estudo	**9,97**	10,50	10,22	10,18	10,31	10,11	10,20	10,64	10,33
Taxa de frequência líquida à pré-escola	**48,63**	63,89	46,55	59,30	74,96	63,68	57,92	s/d	65,82
Taxa de frequência líquida ao fundamental REGULAR SERIADO	**89,76**	86,59	91,09	94,74	93,56	89,67	90,55	89,89	91,13
Taxa de frequência líquida ao médio REGULAR SERIADO	**47,22**	62,57	52,49	57,41	54,04	50,74	50,15	52,12	54,33
Taxa de frequência líquida ao básico REGULAR SERIADO	**85,21**	84,95	87,42	90,33	89,96	86,00	85,47	96,44	87,43
Taxa de frequência líquida ao superior	**9,24**	8,10	10,73	6,93	5,33	20,03	6,37	17,64	16,91
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	**88,39**	80,91	93,58	90,56	84,52	87,50	90,25	87,95	89,04
% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	**85,50**	74,62	93,56	89,16	85,06	86,39	87,40	s/d	87,81

Tabela 15 - ESCOLARIDADE - Frequência Líquida
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.5 - Renda

A renda per capita média de Juquitiba cresceu 71,60% nas últimas duas décadas, passando de R$ 320,69, em 1991, para R$ 426,37, em 2000, e para R$ 550,32, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,88%.

A taxa média anual de crescimento foi de 3,22%, entre 1991 e 2000, e 2,58%, entre 2000 e 2010.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 37,63%, em 1991, para 22,87%, em 2000, e para 9,97%, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de GINI, que passou de 0,51, em 1991, para 0,51, em 2000, e para 0,49, em 2010.

RENDA - Nível composição	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Renda per capita	**550,32**	640,64	676,52	442,77	467,97	1.516,21	624,55	1.249,72	1.084,46
Renda per capita , exceto renda nula	**551,74**	642,32	677,58	447,06	469,41	1.517,04	627,83	1.250,43	1.085,22
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	**79,88**	79,82	81,78	75,90	65,61	75,39	78,08	76,78	75,98
Renda per capita média do 1º quinto mais pobre	**127,87**	150,25	142,43	91,71	99,42	204,10	144,04	189,54	191,94
Renda per capita média do 2º quinto mais pobre	**229,15**	284,29	294,98	177,56	207,02	420,63	282,17	386,97	385,83
Renda per capita média do 3º quinto mais pobre	**350,36**	440,27	433,50	278,25	322,76	673,66	417,80	604,87	585,29
Renda per capita média do 4º quinto mais pobre	**529,83**	636,91	647,19	452,92	492,46	1189,16	595,44	1109,10	927,51
Renda per capita média do quinto mais rico	**1.509,37**	1.671,81	1.870,84	1.219,38	1.215,49	5.105,33	1.689,42	4.058,11	3.317,53
Rendimento médio dos ocupados 18 anos ou mais	**970,11**	1023,16	1242,72	872,96	794,53	2197,87	966,75	1909,20	1650,93
% dos ocupados sem rendimento 18 anos ou mais	**5,55**	4,97	1,73	4,59	6,52	1,33	4,55	1,31	1,56
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. 18 anos ou mais	**19,72**	20,85	14,80	23,93	30,70	8,58	22,79	9,45	10,76
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. 18 anos ou mais	**78,11**	73,85	70,72	81,53	79,84	52,49	79,00	56,10	59,59
% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. 18 anos ou mais	**88,63**	86,77	84,94	89,46	91,86	67,53	89,65	71,43	75,14
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. 18 anos ou mais	**95,05**	95,38	93,76	95,14	97,17	80,23	95,07	83,76	86,94

Tabela 16 - RENDA - Nível composição
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Índice de Gini - É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda.

Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000	2010
Renda per capita	320,69	426,37	550,32
% de extremamente pobres	12,22	4,71	2,62
% de pobres	37,63	22,87	9,97
Índice de Gini	0,51	0,51	0,49

Tabela 17 - RENDA - Pobreza e Desigualdade
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

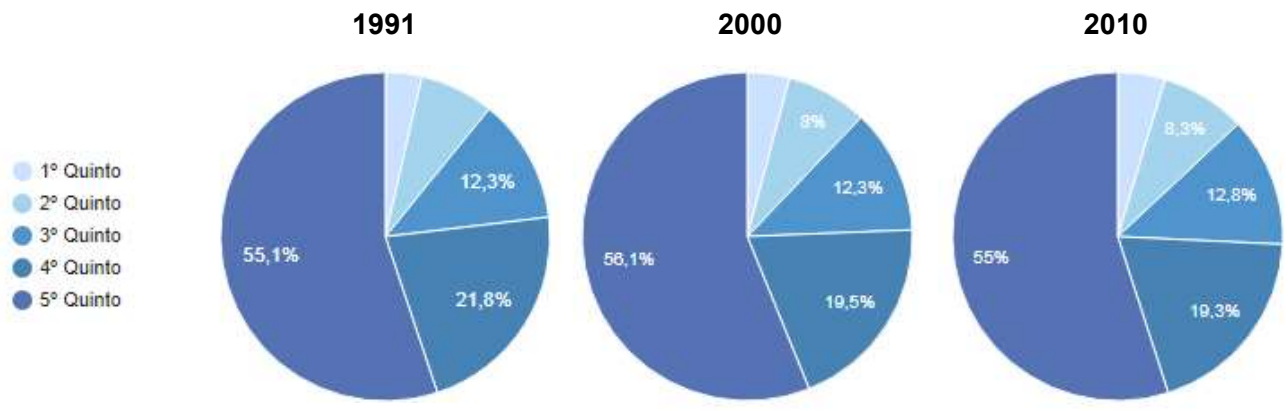


Gráfico 8 - Distribuição de renda por quintos da população (ordenado segundo a renda domiciliar per capita)
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A tabela a seguir apresenta os dados comparativos das cidades pesquisadas quanto aos índices de renda, pobreza e desigualdades.

RENDA - Pobreza	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
s% de extremamente pobres	**2,62**	1,61	2,89	5,15	4,96	0,92	1,94	1,23	1,16
% de pobres	**9,97**	7,73	8,98	20,06	16,94	4,27	8,30	4,93	4,66
% de vulneráveis à pobreza	**37,56**	26,78	25,12	47,95	40,12	14,69	27,26	16,64	16,13
% de crianças extremamente pobres	**5,00**	3,16	5,70	8,37	7,81	1,84	3,43	2,41	2,30
% de crianças pobres	**16,61**	13,69	16,18	31,00	29,47	8,61	15,05	9,61	9,33
% de crianças vulneráveis à pobreza	**52,47**	41,83	37,59	66,51	59,76	26,54	42,31	28,89	28,57
Renda per capita dos extremamente pobres	**34,60**	30,18	35,44	31,93	43,98	37,50	30,98	36,12	35,85
Renda per capita dos pobres	**91,40**	96,71	85,56	91,71	89,91	96,12	93,97	93,32	93,20
Renda per capita dos vulneráveis à pobreza	**172,97**	174,10	163,88	153,79	153,14	174,23	170,82	172,40	173,37

Tabela 18 - RENDA - Pobreza
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

RENDA - Desigualdades	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres	**4,65**	4,69	4,21	4,14	4,25	2,69	4,61	3,03	3,54
Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres	**12,97**	13,57	12,93	12,17	13,10	8,24	13,65	9,23	10,66
Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres	**25,71**	27,31	25,75	24,74	26,89	17,13	27,03	18,91	21,45
Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres	**44,96**	47,19	44,88	45,17	47,94	32,81	46,10	35,06	38,56
Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos	**39,52**	37,71	40,56	39,42	36,38	52,17	39,74	50,36	46,87
Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos	**55,04**	52,81	55,12	54,83	52,06	67,19	53,90	64,94	61,44
Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres	**12,18**	11,12	12,55	12,95	11,11	25,32	11,65	21,83	17,60
Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres	**8,46**	7,69	8,55	9,05	7,93	16,34	7,93	14,08	11,48
Índice de Gini	**0,49**	0,47	0,50	0,50	0,47	0,62	0,48	0,60	0,56

Tabela 19 - RENDA - Desigualdades
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.6 - Trabalho

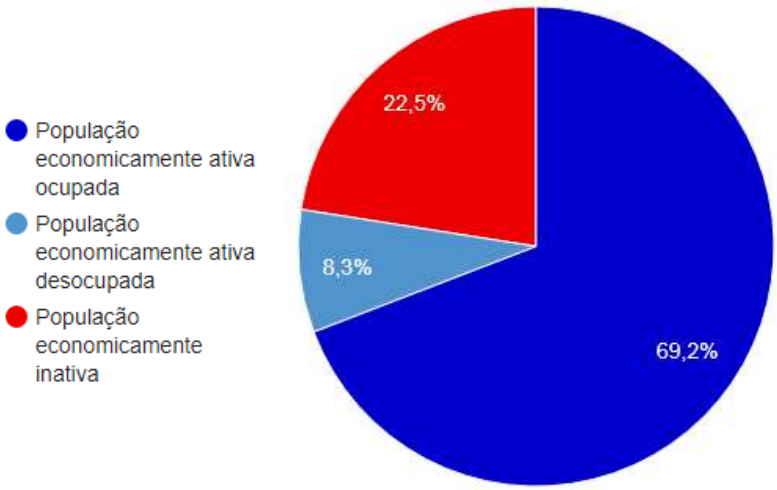


Gráfico 9 - Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,98% em 2000 para 69,19% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 14,09% em 2000 para 8,27% em 2010.

Ocupação da população (18 anos ou mais)	**2000**	**2010**
Taxa de atividade	69,98	69,19
Taxa de desocupação	14,09	8,27
Grau de formalização dos ocupados	46,66	50,6
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	33,99	58,34
% dos ocupados com médio completo	18,94	40,59
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	41,74	19,72
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	77,19	78,11
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m.	94,19	95,05

Tabela 20 - Ocupação da população
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Os índices de rendimento colocam as cidades da região comparadas em situação semelhante, mas bem distante da realidade da capital, da RMSP e da média do ESP.

RENDIMENTO (18 anos ou mais)	**Juquitiba**	**São Lourenço da Serra**	**Embu-Guaçu**	**Miracatu**	**Pedro de Toledo**	**São Paulo**	**Ibiúna**	**RMSP**	**ESP**
Rendimento médio dos ocupados	**970,11**	1023,16	1242,72	872,96	794,53	2197,87	966,75	1909,20	1650,93
% dos ocupados sem rendimento	**5,55**	4,97	1,73	4,59	6,52	1,33	4,55	1,31	1,56
% dos ocupados - de até 1 s.m.	**19,72**	20,85	14,80	23,93	30,70	8,58	22,79	9,45	10,76
% dos ocupados - de até 2 s.m.	**78,11**	73,85	70,72	81,53	79,84	52,49	79,00	56,10	59,59
% dos ocupados - de até 3 s.m.	**88,63**	86,77	84,94	89,46	91,86	64,53	89,65	71,43	75,14
% dos ocupados - de até 5 s.m.	**98,05**	95,38	93,76	95,19	97,17	80,23	95,05	83,76	84,94

Tabela 21 - Rendimento
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 13,46% trabalhavam no setor agropecuário, 0,35% na indústria extrativa, 8,34% na indústria de transformação, 8,48% no setor de construção, 0,92% nos setores de utilidade pública, 14,74% no comércio e 46,03% no setor de serviços.

As Tabelas a seguir apresentam dados comparativos da desocupação, ocupação e rendimento das populações pesquisadas.

OCUPAÇÃO - Taxa de Atividade	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
10 anos ou mais	**58,60**	59,02	57,76	52,13	52,53	61,59	63,51	s/d	60,81
De 10 a 14 anos	**5,76**	6,83	2,98	6,09	2,97	5,24	10,94	5,07	5,01
De 15 a 17 anos	**31,74**	37,30	26,52	24,56	32,07	28,54	43,14	30,00	31,97
18 anos ou mais	**69,19**	68,01	68,06	62,31	61,59	69,39	72,33	69,59	68,80
De 18 a 24 anos	**73,61**	86,01	74,36	60,08	65,75	73,19	79,16	74,66	74,87
De 25 a 29 anos	**76,46**	81,24	80,95	71,65	76,38	82,38	84,89	82,39	82,49

Tabela 22 - OCUPAÇÃO - Taxa de Atividade
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

OCUPAÇÃO - Taxa de Desocupação	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
10 anos ou mais	**9,16**	8,73	9,22	9,67	10,55	7,91	5,59	s/d	7,93
De 10 a 14 anos	**5,76**	6,83	2,98	6,09	2,97	32,08	10,94	33,48	30,51
De 15 a 17 anos	**29,32**	39,82	42,92	24,08	40,62	34,25	12,87	35,48	31,10
18 anos ou mais	**8,27**	7,17	8,78	8,73	9,30	7,07	5,08	7,78	7,05
De 18 a 24 anos	**15,03**	14,45	17,36	19,56	25,08	14,52	9,86	15,48	14,44
De 25 a 29 anos	**11,83**	6,69	9,93	14,65	11,58	7,69	6,30	8,62	8,01

Tabela 23 - OCUPAÇÃO - Taxa de Desocupação
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

OCUPAÇÃO - Posição (18 anos ou mais)	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de empregados com carteira	**42,89**	43,59	53,58	39,35	37,21	59,67	38,93	60,57	59,64
% de empregados sem carteira	**30,64**	18,23	18,86	28,85	28,43	14,52	27,18	14,73	14,75
% de trabalhadores do setor público	**3,60**	7,13	2,26	4,64	4,41	3,27	1,75	3,28	3,57
% de trabalhadores por conta própria	**16,94**	25,09	22,09	22,37	22,82	19,07	26,30	18,29	18,47
% de empregadores	**1,59**	1,27	2,02	1,30	2,24	2,54	2,57	2,20	2,34

Tabela 24 - OCUPAÇÃO - Posição
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A Tabela a seguir cruza dados de escolaridade e ocupação, permitindo que se estabeleça uma relação direta entre ambos.

ESCOLARIDADE - Ocupados (18 anos ou mais)	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% dos ocupados com fundamental completo	**58,34**	61,03	68,81	54,83	53,05	74,63	48,80	73,72	70,76
Percentual dos ocupados com médio completo	**40,59**	43,63	47,88	35,46	36,49	56,90	32,63	55,35	52,58
% dos ocupados com superior completo	**7,49**	8,57	8,97	8,81	7,48	23,44	7,32	19,68	17,37

Tabela 25 - ESCOLARIDADE - Ocupados
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Na Tabela a seguir, sobre setores de ocupação, é possível observar que há uma grande dependência do município de ocupações na área de serviços, chegando a quase 50%, enquanto o setor agropecuário e o comércio estão ambos muito próximos no segundo lugar, sendo que as cidades com características mais semelhantes às do Vale do Ribeira e Ibiúna possuem índices de ocupação no comércio semelhantes, e o setor agropecuários superiores.

OCUPAÇÃO - Por setor (18 anos ou mais)	**Juquitiba**	**São Lourenço da Serra**	**Embu-Guaçu**	**Miracatu**	**Pedro de Toledo**	**São Paulo**	**Ibiúna**	**RMSP**	**ESP**
% dos ocupados no setor agropecuário	**13,46**	12,39	3,48	24,81	24,32	0,33	24,77	0,63	4,26
% dos ocupados no setor extrativo mineral	**0,35**	0,15	0,72	s/d	0,32	0,07	0,10	0,10	0,18
% dos ocupados na indústria de transformação	**8,34**	8,34	15,82	5,10	4,24	11,36	8,06	14,02	16,14
% dos ocupados em Serviços Financeiros	**0,92**	1,03	0,54	1,22	0,94	0,68	0,53	0,77	0,88
% dos ocupados no setor de construção	**8,48**	9,36	8,90	6,65	8,10	5,39	8,98	6,13	6,86
% dos ocupados no setor comércio	**14,74**	12,06	12,88	12,03	12,69	16,01	13,97	15,55	15,27
% dos ocupados no setor serviços	**46,03**	44,58	44,05	42,17	47,45	57,07	38,53	53,12	48,36

Tabela 26 - OCUPAÇÃO - Por setor
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.7 - Habitação

Indicadores de Habitação	**1991**	**2000**	**2010**
Renda per capita	320,69	426,37	550,32
% de extremamente pobres	12,22	4,71	2,62
% de pobres	37,63	22,87	9,97
Índice de Gini	0,51	0,51	0,49

Tabela 27 - Habitação
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Diferentemente dos outros indicadores, a situação geral dos domicílios é semelhante em todas as cidades estudadas, como demonstra a tabela a seguir.

HABITAÇÃO - Domícilios	**Juquitiba**	**São Lourenço da Serra**	**Embu-Guaçu**	**Miracatu**	**Pedro de Toledo**	**São Paulo**	**Ibiúna**	**RMSP**	**ESP**
% da população em domicílios com água encanada	**96,18**	93,62	97,20	80,46	88,58	99,45	95,36	96,77	98,57
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	**95,56**	85,38	95,82	87,97	98,53	96,69	89,16	96,48	97,12
% da população em domicílios com coleta de lixo	**95,86**	97,29	97,69	98,57	98,88	99,76	98,81	99,61	99,62
% da população em domicílios com energia elétrica	**99,68**	99,46	99,90	98,57	99,17	99,97	99,74	99,94	99,91
% da população em domicílios com densidade > 2	**35,68**	33,32	40,70	40,21	36,73	32,32	31,42	34,37	38,66

Tabela 28 - HABITAÇÃO - Domicílios
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.8 - Vulnerabilidade social

Os dados de vulnerabilidade social, embora demonstrem evolução nos períodos pesquisados, ainda são preocupantes, e demonstram uma tendência de grande vulnerabilidade associando a mortalidade infantil ao rendimento familiar, nucleação com as mães como chefe de família e baixa renda.

Indicadores de Habitação	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	30,55	22,7	18,9
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	86,82	65
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	36,27	9,38	1,55
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	15,7	13,73
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,63	5,43	2,68
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,42	5,76
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	11,19	20,84	22,91
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,25	2,81	2,19
% de crianças extremamente pobres	18,23	6,83	5
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	60,03	49,68	37,56
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	54,36	38,63
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	88,42	91,89	95,56

Tabela 29 - Indicadores de habitação
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

VULNERABILIDADE - Crianças	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de crianças extremamente pobres	**5,00**	3,16	5,70	8,37	7,81	1,84	3,43	2,41	2,30
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	**22,24**	25,36	16,42	30,09	28,42	18,17	35,25	17,94	18,55
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	**65,00**	58,00	49,00	66,00	59,00	45,00	65,00	48,58	49,25
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	**1,55**	2,75	2,93	2,91	0,66	3,98	4,24	3,53	2,93

Tabela 30 - VULNERABILIDADES - Crianças
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

VULNERABILIDADES - Mulheres	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor	**46,37**	38,82	37,83	35,60	35,58	33,96	53,54	17,57	35,35
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	**2,68**	0,36	1,92	1,53	3,36	1,98	2,50	2,04	2,17
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	**22,91**	14,25	18,38	16,81	14,12	13,40	18,07	14,28	13,20

Tabela 31 - VULNERABILIDADES - Mulheres
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

VULNERABILIDADE	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos	**67,97**	68,82	60,23	53,81	46,76	65,99	62,40	65,28	66,22
% de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho na população ocupada vulnerável	**15,58**	6,11	32,33	6,76	5,79	39,48	8,17	33,06	20,51
% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa	**33,09**	20,49	38,09	41,50	40,76	35,77	33,86	36,18	37,33
% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	**23,96**	23,74	17,00	26,50	27,52	14,58	31,96	14,82	16,41
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	**13,73**	5,06	10,27	21,32	19,50	5,60	9,12	6,20	6,13
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	**38,63**	36,72	30,98	41,09	45,81	22,58	44,47	23,85	25,93
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.	**10,12**	9,03	6,79	15,92	14,83	4,26	13,37	4,68	4,95
% de vulneráveis e dependentes de idosos	**2,19**	2,60	1,70	3,24	1,08	1,00	1,73	1,02	1,07
% de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho na população ocupada	**2,19**	0,51	3,14	1,4	0,9	1,96	0,85	1,95	1,19

Tabela 32 - VULNERABILIDADE
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

VULNERABILIDADE DEMOGRÁFICA	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
Razão de dependência *	**40,40**	46,69	40,69		41,77	40,63	40,92	s/r	41,53
Taxa de envelhecimento **	**4,59**	3,80	4,91		6,00	8,13	9,28	7,12	7,82

***** Razão de dependência de uma população mede a razão entre a população economicamente dependente e a população economicamente ativa.

** Índice de envelhecimento é a relação existente entre o número de idosos e a população jovem numa certa região. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

Tabela 33 - Vulnerabilidade demográfica
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

VULNERABILIDADE HABITAÇÃO	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Embu-Guaçu	Miracatu	Pedro de Toledo	São Paulo	Ibiúna	RMSP	ESP
% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	**0,32**	0,54	0,10	1,43	0,83	0,03	0,26	0,06	0,09
% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas	**1,48**	0,82	0,68	3,46	1,53	0,68	1,51	0,86	0,79
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	**3,35**	9,19	3,74	4,47	0,47	0,47	6,53	0,66	0,60

Tabela 34 - Vulnerabilidade habitação
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.9 - ICMS Ecológico

Os 169 municípios paulistas que abrigam espaços territoriais especialmente protegidos, como parques estaduais, estações ecológicas e áreas de preservação ambiental, entre outros, receberam em 2003 um total de R$ 43,5 milhões relativos ao ICMS Ecológico, conforme determina a Lei Estadual nº 8.510, de 29 de dezembro de 1993.

Esse repasse corresponde a 0,5% da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, dos 25% sobre o total arrecadado no Estado, a que os municípios têm direito.

Com base nesses critérios, dos dez municípios beneficiados com os maiores repasses, sete se encontram no Vale do Ribeira, onde se concentram os maiores contínuos de Mata Atlântica, que colocam São Paulo à frente dos outros Estados brasileiros em relação à preservação desse ecossistema.

Os municípios da UGRHI 11 beneficiados com o ICMS Ecológico em 2003 foram: Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí. E os que não tiveram o benefício foram: Barra do Chapéu, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Registro e Ribeira.

A Tabela a seguir apresenta a estimativa de valores, em reais correntes, repassados ao município de Juquitiba em 2018.

Sequência	COD	Valor (R$)	Índice de participação (IPM)	Índice de áreas protegidas	% do índice de áreas protegidas no IPM
89	410	695.540,23	0,02977502	0,502799	8,44

Tabela 35 - Estimativa de ICMS Ecológico repassado à Juquitiba em 2018
Fonte: SMA/CPLA